



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE LETRAS

SAMUEL FILIPE GUEDES DO NASCIMENTO

**CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS ADJETIVAS COMO ENUNCIADOS
CONCRETOS NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO**

CAMPINA GRANDE
2022

SAMUEL FILIPE GUEDES DO NASCIMENTO

**CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS ADJETIVAS COMO ENUNCIADOS CONCRETOS
NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Letras –
Língua Portuguesa da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciatura em Letras –
Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Manassés Morais Xavier

CAMPINA GRANDE
2022

N244c Nascimento, Samuel Filipe Guedes do.
Construções sintáticas adjetivas como enunciados concretos no gênero artigo de opinião. - Campina Grande, 2023.
72 f.

Monografia (Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2022.
"Orientação: Prof. Dr. Manassés Morais Xavier."
Referências.

1. Análise do Discurso. 2. Linguística Funcional. 3. Construções Sintáticas Adjetivas. 4. Enunciado Concreto. 5. Gêneros do Discurso. 6. Artigo de Opinião. 7. CPI da COVID19. I. Xavier, Manassés Morais. II. Título.

CDU 81'42(043)

SAMUEL FILIPE GUEDES DO NASCIMENTO

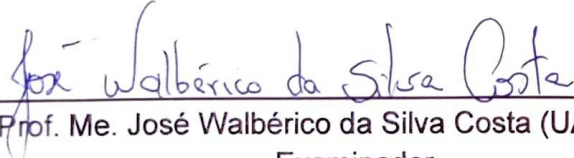
**CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS ADJETIVAS COMO ENUNCIADOS CONCRETOS
NO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO**

Monografia apresentada ao Curso de Letras –
Língua Portuguesa da Universidade Federal de
Campina Grande, como requisito parcial para
obtenção do Título de Licenciatura em Letras –
Língua Portuguesa.

Aprovada em 22/12/2022.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Manassés Morais Xavier (UAL/UFCG)
Orientador


Prof. Me. José Walbérico da Silva Costa (UAL/UFCG)
Examinador

CAMPINA GRANDE
2022

Sobretudo, dedico este Trabalho de Conclusão de Curso à minha mãe, Jacqueline Carneiro, heroína por carregar uma família inteira com honestidade e suor de seu rosto; com amor, gratidão, empenho e dedicação aos seus filhos. Dedico meus estudos, unicamente, à sua pessoa, que iluminou meus caminhos com conhecimento e disciplina, me orientando com exemplos fidedignos e merecedores da maior sabedoria em seu teor mais sublime. Certa vez, vi uma frase que dizia: “Eduque um homem e você educará um indivíduo; eduque uma mulher e você educará por inteira uma nação”.

Engraçado que esta pesquisa se trata de linguagem; no entanto, tudo que sinto em relação a ela não cabe em meu discurso, pois “nem sempre o referível cabe em palavras”, como disse Caio Fábio d’Araújo Filho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe, Jacqueline Carneiro, por tudo o que ela representa para mim, e a meu avô materno, Alcides Carneiro Bastos, que também me auxiliou na formação de identidade. Ele, junto à minha mãe, também me serviu de figura paterna. Todo agradecimento se destina a ele.

Esses agradecimentos, igualmente, se destinam à Laura e sua amada filha, Isadora, que são boas amigas de nossa família.

Também agradeço aos amados professores Manassés Morais Xavier, Milene Bazarim e José Mário, sendo o primeiro meu orientador, assíduo da cadeira de Monografia em Linguística, no qual possuo imensa admiração, respeito e amizade, onde passamos os períodos pré e pós pandêmicos discutindo todo o teor enriquecedor desse trabalho, relativo às disciplinas de Sintaxe Oracional e Sintaxe Interoracional, bem como Estudos sobre Interação. Reafirmo que ele faz morada em meu coração e atribuo boa parte de minha vocação docente à sua competência. Agradeço também a ela, Milene, por possuir imenso respeito à sua pessoa e personalidade, considerando-a exemplo de professora na Unidade Acadêmica de Letras. Sobre meu querido José Mário, antes lhe havia informado que encontrara a bondade de Deus presente nos seus olhos. Novamente, afirmo que ele é uma das grandes luzes presentes no Curso de Letras da UFCG.

Acerca dos demais membros do corpo docente, limito-me às suas descrições; pois são numerosos em virtudes e ensinamentos.

De modo especial, agradeço ao professor José Walbérico da Silva Costa pela disponibilidade, gentileza e profissionalismo na leitura desta monografia.

Minha gratidão a todos.

Samuel.

Nem tudo o que o enunciado deixa ou faz entender se acha explícito nele; parte de seu sentido já está no conhecimento do interlocutor (informação implícita/implicada) ou constitui um dado prévio qualquer no conhecimento do locutor (informação pressuposta). [...] pode-se dizer que o locutor não só 'diz', como 'cita', e ao fazê-lo, não só ressuscita outras experiências discursivas, como suscita sentidos.

(AZEREDO, 2000, p. 09).

RESUMO

A presente pesquisa partiu da seguinte questão: Como construções sintáticas adjetivas constituem enunciados concretos no gênero artigo de opinião? No sentido de responder ao questionamento levantado, elegeu-se como objetivo geral: Analisar as relações dialógicas de sentidos no gênero artigo de opinião a partir da abordagem de construções sintáticas adjetivas como enunciados concretos; e específicos – A) Investigar a produtividade discursiva de ocorrências de orações adjetivas no gênero jornalístico artigo de opinião; B) Descrever e classificar tais ocorrências; e C) Analisar as valorações presentes nos enunciados das orações adjetivas destacadas, lendo-as como estratégias discursivas de marcar e demarcar pontos de vista. Do ponto de vista teórico, a investigação recebeu contribuições dos estudos da Teoria Dialógica da Linguagem (Círculo de Bakhtin) e da Gramática Funcional (NEVES, 2018a; 2018b; 1997). Metodologicamente, a pesquisa se vincula à tipologia netnográfica (que tem como base de dados um computador acessível à internet) e analisou três artigos de opinião publicados em 2021 por portais de comunicação e com temática envolvendo a CPI da COVID-19 ocorrida no mesmo ano. Em se tratando dos resultados obtidos, acentuamos que os dados analisados enfatizaram a produtividade de uma abordagem dialógica e discursiva de construções sintáticas adjetivas como enunciados concretos no gênero artigo de opinião, proporcionando compreender pontos de vista e, conseqüentemente, a natureza contextual e verboideológica da linguagem tão difundida pelos estudos da Gramática Funcional e da Teoria Dialógica da Linguagem, respectivamente.

Palavras-chave: Construções sintáticas adjetivas; Enunciado concreto; Gêneros do discurso; Artigo de opinião; CPI da COVID-19.

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Artigo de opinião assinado por Thiago Contreira.....	49
Quadro 02 – Artigo de opinião assinado por Elder Dias.....	55
Quadro 03 – Artigo de opinião assinado por Dionilso Marcon.....	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Apresentação dos dados reconhecidos no <i>Corpus 1</i>	50
Tabela 02 – Construção oracional reconhecida no <i>Corpus 1</i>	52
Tabela 03 – Apresentação dos dados reconhecidos no <i>Corpus 2</i>	58
Tabela 04 – Construção oracional reconhecida no <i>Corpus 2</i>	62
Tabela 05 – Apresentação dos dados reconhecidos no <i>Corpus 3</i>	64
Tabela 06 – Construção oracional reconhecida no <i>Corpus 3</i>	67

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM EM FOCO	14
2.1 As noções de linguagem e de interação para o Círculo de Bakhtin	14
2.2 As naturezas dialógica e ideológica da linguagem	17
2.3 O que é enunciado concreto?	21
3 A GRAMÁTICA FUNCIONAL	25
3.1 A noção de gramática associada ao uso	27
3.2 A noção de sintaxe	31
3.3 As orações subordinadas adjetivas	32
4 A TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM E A GRAMÁTICA FUNCIONAL: UM ENCONTRO POSSÍVEL	35
4.1 Os gêneros do discurso	36
5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	42
5.1 A geração de dados	44
5.2 Procedimentos e categoria de análise	46
6 CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS ADJETIVAS NO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO	47
6.1 As orações subordinadas adjetivas como enunciados concretos no gênero artigo de opinião com temática sobre a CPI da COVID-19	49
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIAS.....	71

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um país cujo cenário do poder executivo encontrou-se em desarmonia, carregado de opiniões contrárias à da população que clamou por saúde. A pandemia da COVID-19, que surgiu no início do ano de 2020, foi tratada por outros países (incluindo aqueles menos favorecidos que o Brasil) de forma mais sensata em relação ao uso e à compra das vacinas, o que diferiu do cenário político brasileiro no período pandêmico que, sem bases científicas, defendeu o uso de medicamentos não relacionados à doença viral e foi investigado por rejeitar à oferta de vacinas que, possivelmente, salvariam a vida da população. Nesse contexto, surgiu a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI da COVID) que investigou as fraudes realizadas pelo poder executivo.

A CPI foi idealizada em abril de 2021 pelo senador Randolfe Rodrigues, do Partido REDE (AP), como tendo motivação inicial a crise sanitária no estado do Amazonas: fato revelador das omissões do Governo Federal, sob a Presidência de Jair Messias Bolsonaro, no âmbito administrativo da área saúde. Membros do Supremo Tribunal Federal, encabeçados pelo ministro Luís Roberto Barroso, reuniram um número suficiente de assinaturas de parlamentares que mantinham posição favorável à Comissão.

Tendo visto como necessário analisar a opinião pública, de acordo com o *site* Rede Brasil¹, foi realizada uma pesquisa sobre o posicionamento da população acerca da CPI, onde 60% dos entrevistados foram favoráveis à Comissão, em contraste com apenas 7% de oposição (o que indica que os 33% restantes tiveram posição de abstenção ou não reconhecimento dos fatos). Já houve 12 sessões de trabalho efetuadas no Palácio do Planalto, com recesso prorrogado em três meses.

Os maiores investigados foram: os representantes de empresas privadas fornecedoras de vacinas; membros do poder legislativo – sendo alguns dos mais citados, o deputado Luiz Miranda e o servidor do Ministério da Saúde, Luiz Ricardo Miranda, ambos de alcunha “Irmãos Miranda” – e, acima de tudo, o atual chefe do poder executivo, Jair Messias Bolsonaro, sendo investigado por crime de prevaricação (denominado como infração prevista no artigo 319 do Código Penal

¹ Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/cpi-covid-aprovada-revela-pesquisa/>> Acesso em 14/09/2022.

Brasileiro), Vale ressaltar que, sobretudo à época, foi, popularmente, chamado de “genocida”, devido ao seu despreparo em relação às questões de saúde pública e gestão.

A CPI foi encerrada em outubro de 2021 trazendo como encaminhamento do relator, o Senador Renan Calheiros (MDB/AL): o relatório final da CPI contém um total de 1.178 páginas e previu o indiciamento de 71 pessoas junto a duas empresas. Os principais indiciados pelo relator foram o presidente Jair Messias Bolsonaro, do ex-Ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, o ex-secretário executivo da pasta Elcio Franco, e demais membros do corpo político, ministerial e empresarial. O relato aponta que Bolsonaro é responsabilizado por 11 crimes (como os de homicídio qualificado), genocídio e crimes contra a humanidade, conforme reportagem² da BBC News Brasil, datada de 20 de outubro de 2021.

Todo inquérito teve a função de reunir ações ou diligências, cujo objetivo foi atestar a verdade daquilo que foi alegado (nesse caso, contra os representantes defensores do Governo). Portanto, a palavra “inquérito” nos traz, obrigatoriamente, à noção de comunicação. Isto é, a noção de práticas sociais de pessoas em um evento social se comunicando, trocando ideias, questionando e sendo questionados. Nesse sentido, trata-se de contexto específico de comunicação e de interação, fortemente travado por relações dialógicas e, conseqüentemente, ideológicas.

À luz dessa ótica, a língua, na perspectiva da interação discursiva, Volóchinov apresentou em **Marxismo e Filosofia da Linguagem** (2017), o que considera como contextos específicos de comunicação. Nela, a palavra é sempre orientada para o outro, sendo, portanto, eventiva e carregada de pontos de vista diferentes.

Sendo assim, nessa pesquisa, abordaremos a língua em uso efetivo, historicamente situado e perpassado por valorações. Para tanto, analisaremos em uma perspectiva direcionada, construções sintáticas³ adjetivas presentes no gênero discursivo artigo de opinião sobre a CPI da COVID-19: gênero vinculado ao campo da comunicação discursiva jornalística. De forma mais específica, analisamos as ocorrências de orações adjetivas no supracitado gênero, a partir das concepções de enunciado concreto e de abordagens de estilo difundidas pelo Círculo de Bakhtin, bem como as possíveis construções de sentidos oriundas de tais construções sintáticas. Tal Círculo defende a não-aleatoriedade das palavras, diferindo a oração

² Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-58975945>> Acesso em 14/09/2022.

³ A expressão construções sintáticas advém de Volóchinov (2017).

do enunciado. A oração é uma unidade isolada da língua. O enunciado, por sua vez, é o uso real da língua em contexto específico de comunicação; é a palavra em movimento; é a língua assumindo tons emotivo-volitivos axiologicamente convocados, estabelecendo relações com o contexto extraverbal. Portanto, o uso real e efetivo da língua se define com o que chamamos de enunciado concreto.

Diante do apresentado até o momento, convocamos a questão de pesquisa norteadora deste trabalho de conclusão de curso, a saber: Como construções sintáticas adjetivas constituem enunciados concretos no gênero artigo de opinião?

Para responder tal questionamento, elegemos como objetivos da investigação:

Geral – Analisar as relações dialógicas de sentidos no gênero artigo de opinião a partir da abordagem de construções sintáticas adjetivas como enunciados concretos.

Específicos – A) Investigar a produtividade discursiva de ocorrências de orações adjetivas no gênero jornalístico artigo de opinião; B) Descrever e classificar tais ocorrências; e C) Analisar as valorações presentes nos enunciados das orações adjetivas destacadas, lendo-as como estratégias discursivas de marcar e demarcar pontos de vista.

É necessário validar uma análise enunciativa de descrição de língua, especificamente da construção sintática oracional subordinativa adjetiva, que contemple a vida verbo-ideológica presente no gênero artigo de opinião que trata da CPI da COVID-19. Portanto, a presente pesquisa se justifica por meio de duas frentes: a primeira, por estabelecer relações entre estudos de descrição linguística (especificamente sintaxe) e estudos de enunciados concretos em um campo da comunicação discursiva (o jornalístico); e a segunda, por contribuir com a área de estudos de natureza dialógica (Bakhtin e o Círculo) através de investigações que situam a COVID-19 inserida em um olhar histórico-discursivo.

No que se refere à metodologia, esta proposta de pesquisa insere-se como netnográfica, sendo uma maneira distinta do ramo etnográfico que utiliza as formas comunicativas mediadas por computador como fonte de dados que são destinados à compreensão e à representação etnográfica de um fenômeno cultural na Internet. As coletas de dados dessa natureza são de espécies arquivais, sendo extraídas a partir do recolhimento observatório realizado no levantamento dos dados. A aplicação da

etnografia pode ser dada sobre o estudo de alguns gêneros, entre eles, o jornalístico.

No que consiste o referencial teórico, destacamos acerca da Análise Dialógica do Discurso os estudos de Bakhtin (2016; 1997; 1992), Volóchinov (2019; 2017), Fiorin (2011), dentre outros. A respeito dos estudos de descrição de língua, convocamos Neves (2018a; 2018b; 1997), Cegalla (2000). No que toca aos estudos sobre gêneros jornalísticos, apoiamo-nos em Cunha (2019), dentre outros.

A organização do trabalho está segmentada da seguinte forma: uma introdução, como sendo parte inicial desta monografia, onde foi necessário tornar a proposta mais enxuta por fins contextuais; três capítulos teóricos, um metodológico, um analítico, considerações finais seguidas da lista de referências.

No primeiro capítulo teórico, intitulado de Teoria Dialógica da Linguagem em foco, abordamos as noções de língua como interação que, por sua vez, direcionam-na ao uso social e transformam-na em enunciados concretos. No segundo capítulo teórico, denominado de A Gramática Funcional, apresentamos aspectos gramaticais associados ao uso, fazendo relações entre os eixos formais e funcionais de nossa língua, mantendo nosso olhar sobre as orações subordinadas adjetivas e suas tipologias. Já no terceiro capítulo teórico, A Teoria Dialógica da Linguagem e a Gramática Funcional: um encontro possível, elaboramos um possível diálogo entre a Gramática Funcional e os estudos dialógicos do discurso de filiação bakhtiniana, se baseando nos pressupostos de enunciados e gêneros discursivos (tendo nossa perspectiva voltada ao gênero jornalístico artigo de opinião).

Em se tratando do capítulo metodológico, discorremos sobre os aspectos metodológicos de nossa pesquisa, tendo como fator primordial a visão sobre o sujeito enquanto objeto da metodologia interativa, englobando, também, os aspectos de natureza técnica relevantes à pesquisa, como a geração de dados e a sistematização da categoria de análise empreendida nesta pesquisa. O capítulo analítico, intitulado de Construções sintáticas adjetivas no funcionamento discursivo do gênero artigo de opinião, apresenta a análise desenvolvida a partir do *corpus* gerado.

A monografia contempla, ainda, capítulo de Considerações finais, em que retornamos à questão e objetivos assumidos na pesquisa.

A seguir, apresentamos o capítulo teórico que aborda a Teoria Dialógica da Linguagem.

2 TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM EM FOCO

2.1 As noções de linguagem e de interação para o Círculo de Bakhtin

A principal definição de linguagem que norteia nossa pesquisa é a de linguagem destinada à orientação social, que trata da palavra de um sujeito em relação a outro. O que conseguimos encontrar neste estudo é a solidificação da linguagem sendo dada através da vivência entre indivíduos que, por sua vez, produzem comunicações verbais e não verbais (sendo estas gestos, silêncios e outras maneiras de dizer) dentro de determinadas situações discursivas.

Podemos trazer à tona três concepções de linguagem partindo de Geraldi (2011, p. 33), sendo elas:

- A linguagem como expressão do pensamento: que apesar de exprimir um produto do pensamento se limita a acreditar que quem não consegue ser expressivo em determinadas situações não pensa por completo ou de forma adequada;

- A linguagem como um instrumento de comunicação: tendo a representatividade entre aquele que fala (sendo o produtor da comunicação, considerando esta como o código linguístico) e aquele que ouve (conceituado como receptor da mensagem, sendo aquele que interpreta o código); e

- A linguagem como forma de interação: que vai além dos instrumentos comunicativos (verbais) e de expressividade do pensamento, caracterizando a linguagem como um lugar de interação humana, de práticas sociais; onde os compromissos e vínculos comunicacionais, segundo Geraldi (2011), não preexistem à fala.

Então, tudo aquilo que não preexiste à fala se trata da não verbalização da comunicação, sendo expressões corporais (gestuais ou faciais) e silêncios; porque nesta perspectiva (que nos parece ter um maior alcance comunicativo) percebemos que o corpo também dá sinais de comunicação, porque ele é expressivo, portanto é capaz de exprimir sentimentos e uma ou outra valoração de concordância ou discordância, a depender do contexto comunicativo em que o falante esteja inserido.

Complementando a noção de linguagem e partindo de teóricos do Círculo de Bakhtin (entre os quais Geraldi (2011) faz referência em sua terceira concepção de linguagem), Volóchinov (2017, p. 12), elucida acerca da perspectiva de linguagem,

afirmando que ela se evidencia, essencialmente, pelo seu papel constitutivo, ou seja: “[...] da palavra e da fala às diferentes formas de discurso, à cognição e às estruturas da consciência e do conhecimento.”; então, assim enxergamos que a palavra vive e se modifica na linguagem através do discurso que, por sua vez, lemos como um fator de interação entre sujeitos: sujeitos que possuem conhecimento de si e do mundo e que articulam suas faculdades internas às formulações dialógicas.

Cabe trazer o que Bakhtin (1997, p. 117) nos diz acerca da interação:

Na realidade, toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro.

Nesses termos, essas “duas faces” da palavra podem ter duas significações: aquela de quem produz a linguagem através da interação e aquela de quem interpreta a interação recebida através de sua orientação social. Vejamos: se falamos de um ponto de vista, certamente, nos referimos à localização subjetivo-enunciativa em que os sujeitos se encontram. E, se falamos acerca dessa localização – que, por sua vez, possui natureza hierárquica –, estamos nos referindo às classes sociais as quais os sujeitos pertencem. Portanto, o ponto de vista de um sujeito pode ser semelhante ao de seu interlocutor, mas isso não é suficiente para afirmar que ambos são da mesma classe (ou hierarquia) social.

Dessa maneira, conseguimos enxergar que a palavra possui naturezas que transitam em direção ao social. A noção que um discurso solidificado nos traz é de poder valorativo, interação social e demais situações de naturezas culturais, históricas e políticas. Como o aspecto social tem sido uma palavra-chave para contextualizar a teoria dialógica da linguagem, também podemos afirmar que a natureza da interação discursiva é de origem sociológica, pois é o sujeito inserido em uma comunidade que transforma a linguagem através do social.

Para nos aprofundar na noção de interação discursiva, é preciso citar Volóchinov (2019, p. 142-143) quando esclarece:

[...] é necessário que o significado, oculto no gesto da mão de um homem, seja compreensível para outro homem; que este homem saiba estabelecer – graças à experiência precedente – a relação necessária entre esse movimento e o objeto ou acontecimento em cujo lugar ele é empregado. Em outras palavras, o homem deve compreender que esse movimento é portador de um significado, que esse movimento expressa um signo. [...], pois somente assim se realizará a segunda condição necessária para a comunicação verbal para além da transmissão do signo: a compreensão do signo e a resposta a ele.

Então, enxergamos que a interação discursiva também se dá através de experiências (interações) que não são, unicamente, caracterizadas pela expressão do pensamento ou da decifração do código linguístico. O que vemos, é que outras formas comunicativo-discursivas (como as gestuais) também são maneiras de se representar signos, também fazem parte da comunicação e da interpretação dos sujeitos participantes no ato enunciativo.

Voltando às naturezas sociais da interação, faz jus acrescentarmos a seguinte pergunta: O que é a palavra? Para respondermos esta questão, trazemos à tona Volóchinov (2019, p. 313, grifos do autor):

No entanto, a palavra, sendo um fenômeno ideológico, é ao mesmo tempo parte da realidade material. É verdade que o seu material é um tanto específico: não pode ser tocado pelas mãos, nem provado para sentir o gosto, nem medido pela trena, nem pesado na balança. Esse material é o som [...] que obedece às leis da natureza. Contudo, para formar uma palavra não basta essa base acústica e fisiológica. O som, mesmo o articulado, não se tornará uma palavra se não “significar” algo, isto é, se não for compreendido como algo que reflete e expressa certos fenômenos da realidade: [...] fenômenos da consciência social. Sem essa compreensão, a palavra não será uma palavra. [...] Mostramos sua estrutura ideológica e, conseqüentemente, social, e provamos que sem o discurso interior não existe consciência. Já o discurso interior consiste principalmente de palavras, ou seja, signos bastante materiais, que não são pronunciados em voz baixa, mas “para si”.

A consciência social é, portanto, a consciência dos sujeitos que reflete suas realidades. Os sujeitos relacionam e articulam seu discurso interior a fim de construir o discurso externo, transformando-os em concepções ideológicas acerca dos enunciados sociais. Como resultado, temos outros sujeitos que se posicionam acerca destes enunciados e dão vida ao uso da palavra. Assim, compreendemos que a palavra é um fruto da orientação social, se tratando do produto extraído da

relação entre o sujeito e sociedade, sendo este resultado o que dá origem às relações sociais (o que chamamos de interação discursiva).

Portanto, compreendemos que é um pouco complexo definir linguagem apenas como representação do pensamento ou instrumento de comunicação, tendo em vista as demais linguagens que estão fora do alcance verbal. O que vemos, partindo da natureza dialógica da linguagem, é que a interação vive e se transforma através de um conceito bem mais amplo do que tradicionalmente chamamos de linguagem.

O uso da linguagem possui complexidade maior da que costumamos conceituar. Trazemos como exemplo um réu que tem por direito ficar calado durante uma audiência. Isso não significa que ele está certo ou errado perante determinada ocasião, mas que tomou algum posicionamento (que, por sua vez, possui natureza social já pré-definida) e que, apesar de ter sido efetivado em silêncio, significa alguma coisa; e que, por fim, partindo de sua concepção de sujeito interno, transforma o discurso externo e acaba modificando ou podendo modificar a compreensão enunciativa dos demais sujeitos.

2.2 As naturezas dialógica e ideológica da linguagem

Quando falamos em natureza dialógica, estamos falando da essência linguística, daquilo que a constitui por concreta. A natureza dialógica se dá, segundo Volóchinov (2017, p. 272), “[...] partindo da troca de enunciados em forma de diálogo, tendo a forma de comunicação ou interação discursiva”. Assim, entendemos que a forma mais natural da linguagem se dá pela troca verbal (o diálogo). É partindo dessa concepção que o diálogo requer a participação de mais de uma pessoa para atuar no discurso. Na situação da CPI, os diálogos que compuseram os enunciados analisados foram resultados da relação de inquérito entre os senadores investigadores e os depoentes investigados. Nessa atuação, se deram as noções de compreensão e resposta acerca dos enunciados em pauta.

É importante frisar que, segundo Volóchinov (2017, p. 273-274), “[...] orador que ouve apenas sua própria voz, é um orador ruim [...]”, isto quer dizer que, em uma situação hipotética, um sujeito “X” que ouve sua própria fala e descarta o ato comunicativo dos outros acaba morrendo em seu ato verbal; e isso não consiste em praticar formas de interação, mas sim um monólogo eterno com seu próprio eu, pois

não encontramos a presença de novas compreensões e respostas advindas de sujeitos interlocutores.

Como não concordamos que a língua é um sistema invariável e homogêneo, assim como também não se baseia em leis específicas e desvinculadas de formas valorativas (ou seja, os pontos de vista baseados nos juízos apreciativos dos sujeitos e sob os aspectos de contexto), enxergamos que ela possui natureza estritamente ideológica; portanto, nasce da necessidade socio-interativa que os falantes possuem em formular os seus discursos. Por essa razão, afirmamos como necessário trazer a noção dos sujeitos como sendo produtores de situações subjetivas (enunciados) que originam discursos carregados de pontos de vista distintos. Então, como falamos de linguagem sob a interação social, vemos o outro (sujeito) exercendo sua devida participação na construção significativa da comunicação.

Isso confirma a afirmação dita por Volóchinov (2017, p. 274): “[...] esses auto-enunciados surgidos na solidão não seriam uma forma mais pura de monólogo, que não é orientado para ninguém a não ser o próprio falante; e que também não dependem de nada a não ser do seu estado psicológico”.

Dessa forma, percebemos que o estado psicológico em si – apesar de ser uma característica natural da concepção de sujeito – não é suficiente para praticar interação, pois ela não se encontra vivendo e nem se transformando de modo relacional na linguagem.

Com o fito de complementar o viés ideológico da linguagem, vemos como oportuno convocar a noção de classe social descrita por Volóchinov (2017, p. 274):

Uma dessas vozes, independentemente da nossa vontade e consciência, sempre se funde com o ponto de vista, com as opiniões e avaliações da classe à qual pertencemos. A segunda voz sempre se torna aquela do representante mais típico e ideal da nossa classe.

Isto quer dizer que o meu ponto de vista já vem de outros ideais que vieram de enunciados pertencentes a determinadas classes. Então, são necessárias as seguintes perguntas: de que maneira somos reconhecidos como sujeitos dentro dos enunciados? e como podemos defender o nosso ponto de vista? Responderemos essas indagações com uma única resposta: reconhecendo a classe social à qual pertencemos. Tendo esse conhecimento, de forma concomitante, iremos enxergar

nossa posição hierárquico-social perante outros sujeitos e daremos início (ou continuidade) ao processo interativo, partindo do uso social da linguagem.

A noção dialógica descrita por Volóchinov (2017) trata não só da relação existente entre o “eu” na posição de falante e o “outro” como receptor. Ou seja, extrapola a própria noção de diálogo entendido como a troca linear de turnos conversacionais entre sujeitos. O que vemos, é que ambos buscam a compreensão do que está sendo dito/proferido e tanto um como outro são caracterizados por valorações, isto é: pontos de vista, apreciações que constituem as singularidades, tanto do “eu” como do “outro” e que sinalizam a circulação de discursos.

Observamos que todo discurso é um discurso dialógico orientado para outra pessoa, para sua compreensão e resposta real ou possível. Essa orientação para o "outro", para o ouvinte, pressupõe inevitavelmente a consideração da inter-relação sócio hierárquica que existe entre os interlocutores. [...] A dependência do enunciado em relação ao peso sócio hierárquico do auditório (isto é, do pertencimento de classe dos interlocutores, dos seus bens, da profissão, do cargo ou, por exemplo, como foi na Rússia antes das reformas, do título, da patente, da quantidade de servos, da classe, do capital, etc.) convencionamos chamar de orientação social do enunciado, onde, na linguagem escrita, são designadas como parágrafos. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 280, grifos do autor).

À luz dos estudos do Círculo de Bakhtin, é possível obter determinadas compreensões acerca da língua em interação. Em síntese, vimos que a língua é, sobretudo: um fator de natureza social e interativa; que ela atua em relação de um sujeito a outro; que carrega pontos de vista, expressividade e emoções; que tem como princípio ideológico as classes sociais, e que, portanto, é uma interface que demarca poder, justamente por sua característica valorativa.

Como os discursos estão entranhados em valorações pertinentes aos sujeitos, cabe trazer Sobral (2009, p. 33, grifos do autor) quando nos explica sobre os enunciados que trazem consigo outros enunciados:

O conceito de dialogismo, vinculado indissolúvelmente com o de interação, é assim a base do processo de produção dos discursos e, o que é mais importante, da própria linguagem: para o Círculo, o locutor e o interlocutor têm o mesmo peso, porque toda enunciação é uma “resposta”, uma réplica, a enunciações passadas e possíveis enunciações futuras, e ao mesmo tempo uma “pergunta”, uma “interpelação” a outras enunciações: o sujeito que fala o faz levando

o outro em conta não como parte passiva mas como parceiro – colaborativo ou hostil – ativo.

A base do processo produtivo dos discursos se presume nas ferramentas dialógicas inerentes a ele, que podem ser utilizadas pelos sujeitos para organizar e produzir sentidos dentro da fala. Portanto, é partindo das especulações entre interlocutores ativos (falantes) e passivos (ouvintes), junto às necessidades produtoras de informação, que se encontram as ideias geradas na circulação de enunciados vários em contextos também vários de interações sociais e discursivas.

Assim, não descartamos, por inteiro, o processo de atividade mental nas construções dialógicas. Todo o funcionamento discursivo se presume em uma sequenciação funcional de acontecimentos internos e externos ao sujeito. As situações comunicativas se dão no grau de consciência deles que, por sua vez, refletem em seu “eu” interior em favor ou desfavor das objetivações exteriores, sempre se transformando.

Achamos necessário trazer a esta fundamentação uma visão do Círculo de Bakhtin acerca da realidade da palavra. Como já vimos, sobre a orientação da palavra sendo de natureza social, a sua realidade reside dentro e fora dos sujeitos, no âmbito da consciência.

A realidade da palavra, como a de qualquer signo, está localizada entre os indivíduos e é produzida por meio do organismo individual, sem a ajuda de quaisquer instrumentos e sem nenhum material extracorporal. Isso determinou o fato de que a palavra se tornou o material sógnico da vida interior: a consciência (discurso interior). Pois a consciência foi capaz de se desenvolver apenas graças a um material flexível e expresso por meio do corpo. A palavra foi justamente esse material. A palavra pode servir como um signo de uso interior, por assim dizer; ela pode realizar-se como signo sem ser plenamente expressa no exterior. Por isso, o problema da consciência individual, tomado como palavra interior (e em geral signo interior), é uma das questões mais importantes da filosofia da linguagem. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 100).

Assim, podemos observar que a realidade da palavra pré-existe à comunicação. Para podermos melhor compreender essa “consciência” – um pouco mais a frente (porque estas serão discussões dos capítulos posteriores) – podemos fazer apontamentos acerca das situações (gêneros do discurso) e enunciados

concretos (discussões) que são invisíveis, pré-existentes à comunicação e residentes na consciência dos sujeitos.

É ampla a noção de consciência justamente porque perante as situações que demandam interação, ela tende a se moldar conforme o “demandar” das ocasiões. Desse modo, se dão as formulações próprias do dialogismo: sobre o discurso; sobre a palavra e seu uso; e sobre a consciência no ato de expressar e no ato de ouvir, no ato de interagir e no ato do discutir. Todas essas habilidades funcionam na participação consciente de um sujeito sobre uma interação em que está inserido.

No intuito de complementar a noção de consciência, recorreremos a Volóchinov (2017, p. 127) para quem

Não há e não pode haver fronteiras entre o psiquismo e ideologia. Qualquer conteúdo ideológico, sem exceção, independentemente do tipo de material sógnico em que ele estiver encarnado, pode ser compreendido e, por conseguinte, assimilado psiquicamente, isto é, pode ser reproduzido no material sógnico interior. Por outro lado, qualquer fenômeno ideológico passa, no processo de sua criação, pelo psiquismo, por ele ser uma instância necessária. Reiteramos: qualquer signo ideológico exterior, independentemente do seu gênero, banha-se por todos os lados nos signos interiores, ou seja, na consciência.

Nessas condições, entendemos que o dialogismo e a natureza ideológica da linguagem não se dão, unicamente, por uma atividade de natureza exterior, mas também de uma atividade interior aos sujeitos participantes no ato interativo, que formulam dinamicamente as situações usuais da língua: atrelam-se, portanto, a um entremeio que agrega as naturezas exterior e interior dos sujeitos sociais. Dessa forma, concluímos que, por excelência, a língua em uso se encontra viva justamente por se tratar de uma atividade de seres vivos que atuam em contextos de interação discursiva, concretos por essência.

2.3 O que é enunciado concreto?

Segundo a Teoria Dialógica da Linguagem (Círculo de Bakhtin), o que prediz um enunciado é a relação presente no peso sócio hierárquico existente entre os interlocutores. Assim, no modo em que fazemos construções dialógicas a cada momento, devemos saber que os enunciados (sendo a língua sob uso real) são únicos e irrepetíveis – justificativas estas que se dão em prol do evento

comunicativo, que aborda sujeitos e valorações únicas; um local e tempo corrido definidos; uma variação linguística utilizada e determinado situação de interação – sob determinados contextos históricos. Pelas relações dialógicas serem estritamente de natureza humana, temos sempre a noção de ação e resposta a enunciados anteriores; o que gera fenômenos de responsividade e interação entre os sujeitos presentes no discurso.

Com isso, cremos como necessário trazer a noção de enunciado para o Círculo de Bakhtin a partir do que nos apresentam Leite e Barbosa (2014, p. 49-50):

Sendo assim, o enunciado é um todo constituído pela parte material (linguagem verbal e/ou visual) e pela realidade concreta, isto é, os contextos de produção, circulação e recepção, bem como os conhecimentos produzidos pelos interlocutores na interação verbal, o juízo apreciativo dos sujeitos, os interlocutores envolvidos e os próprios enunciados que o precedem ou são presumidos.

Um dos objetivos que alicerça esta pesquisa é a possibilidade de poder entender a realidade concreta de enunciados – o que implica dizer que os aspectos dialógicos a serem trabalhados são aqueles que atuam diretamente com o contexto em que os enunciados em estudo foram proferidos, assim como os possíveis meios de circulação em que há diversas ações de responsividade e valorações que são sempre ligados à atividade humana e a recepção interativa, como sendo representações de um sujeito em relação a outros; o que em outras palavras se resume à significação (re)produzida e compreendida pelos sujeitos.

Fiorin (2011, p. 12) afirma que “A linguagem penetra na vida por meio dos enunciados concretos e, ao mesmo tempo, pelos enunciados a vida se introduz na linguagem”. Dessa forma, podemos compreender que linguagem pode-se denominar como: emprego particular de uma língua considerada do ponto de vista da relação entre o modo de expressão e o seu conteúdo; a capacidade própria da espécie humana de aprender e comunicar-se por meio de uma língua (sistema); sistema formal de símbolos estabelecidos em função de axiomas (premissas verdadeiras), regras e leis que estruturam um enunciado; e qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc.. (HOUAISS, 2001). Entretanto, a vida da linguagem não se encontra, apenas, no verbo, mas na relação que consiste em seu uso: seja de natureza comunicativa, simbólica ou corporal.

Esse uso da linguagem presume certa relação inerente aos enunciados: a presença do falante e sua plateia. Dentro dessa relação, podemos encontrar determinada organização denominada de enunciados. Essa organização diz respeito aos aspectos temáticos, formais, ideológicos e estilísticos, dos quais em fase posterior, darão origem aos gêneros discursivos. A função maior de um enunciado é a de situar. Essa primordial característica faz com que todo enunciado seja irrepitível⁴ sob determinado contexto histórico-social, que pressupõe a presença de características enunciativas já supracitadas.

Vejam: até aqui encontramos os sujeitos, a interação, as valorações e os enunciados. Em um campo de elevada subjetividade, consideramos na consciência linguística determinados enquadramentos que situam os fatores acima citados. Portanto, os sujeitos e suas valorações articulam-se, interativamente, dentro das construções particulares dos enunciados, sendo estas características únicas de cada natureza particular das cenas enunciativas.

Obrigatoriamente, a natureza particular do enunciado pressupõe a presença de um lugar; de um tempo ocorrido; do uso de determinada variação linguística; da presença dos sujeitos envolvidos; do tema; e das demais compreensões. Essa última característica só será possível de acordo com a interação obtida através da relação dialógica entre os sujeitos atuantes na comunicação interativa.

A compreensão, então, passa a ser um fator primordial para a circulação e divulgação dos enunciados. Segundo Volóchinov (2017, p. 67), é “[...] a significação que faz com que uma palavra seja uma palavra”. Esta afirmação retoma a ideia de que o falante (em sua posição de sujeito) é aquele que dá vida à língua a partir do seu uso. Podemos dizer que a significação é a alma da palavra, pois esta última, em seu sentido morfológico, possui um corpo, mas seu corpo, sendo visto de forma isolada, é insuficiente à compreensão discursiva, quando se faz necessária a devida vinculação ao social.

Compreendemos, também, que essa dita “alma” trata justamente dos aspectos vivos da palavra, como sendo características naturais à interação, tais quais emoções, entonações, expressões e outras maneiras de se comunicar.

⁴ Os enunciados são irrepitíveis pelo fato de que Bakhtin entende o evento enunciativo como singular.

Diante do que foi exposto, devemos ressaltar um complemento à noção de enunciado concreto em contraste com os polos formais e funcionais da linguagem, conforme exposto por Silva e Araújo (2020, p. 107):

Pensar em enunciado concreto difere-se de pensar a palavra da língua. A palavra da língua é isenta de emoção, de expressividade, de juízo apreciativo. Nesses termos, apresenta a compreensão da linguagem como um mero instrumento de comunicação codificado, sistemático e homogêneo. Já o enunciado concreto é carregado de emoções, tons e elementos expressivos. Por isso, leva em conta a relação subjetiva e valorativa com a qual o sujeito falante desenvolve com o conteúdo e o sentido do seu enunciado. Esse entrecruzamento entre língua e elementos expressivos, emocionais e valorativos oportuniza a produção de sentidos e as possíveis respostas ao enunciado.

Podemos observar que sempre foi frequente na comunicação histórico-humana a mudança de determinados posicionamentos perante ideias ou aos modos de ler o mundo. Diariamente, deparamo-nos com esse ocorrido nos campos da política, religião, instituições educativas, problemas filosóficos, etc. e parte dos sujeitos que consideramos “transformadores da linguagem” pode ser identificados como “autores anônimos” de enunciados.

Se, por exemplo, determinado sujeito possui vocação para votar em um partido “X”, e outro tem a mesma vocação para votar neste partido, significa que, provavelmente, ambos tenham pensamentos semelhantes, mas não necessariamente vidas parecidas. Quando falamos das vidas, falamos dos indivíduos; mas quando falamos dos posicionamentos que os indivíduos tomam sob determinadas ocasiões valorativas, falamos deles na posição de sujeitos.

Portanto, compreendemos que são os sujeitos unicamente autores de (r)evoluções enunciativas que ocorrem socialmente em determinado período histórico. Denomina-se esse fenômeno, segundo os estudiosos do Círculo de Bakhtin, de enunciado concreto.

Nesse momento, trataremos, teoricamente, da Gramática Funcional.

3 A GRAMÁTICA FUNCIONAL

Enxergamos como necessário abordar a Gramática Funcional pelo motivo que ela tende a ser um laço entre a língua, o texto verbal e o uso, estando estes fatores a disposição dos sujeitos sociais.

Estando na posição de usuários da língua, temos por objetivo, neste trabalho, associar descrição linguística à análise discursiva sob os aspectos de função e forma da linguagem. Desse modo, enxergamos necessário trazer as noções de gramática associada ao uso (funcional) e à forma (estrutural), no sentido de identificar as ocorrências de orações subordinadas adjetivas no gênero discursivo artigo de opinião e seu impacto nas possíveis construções de sentidos.

Para Neves (1997, p. 03, grifos da autora), “A principal tarefa de uma “gramática funcional”, como acentua de Beaugrande (1993, cap .III), é “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global que se encontra presente no discurso””.

Enquanto a teoria formalista nos auxiliará a guiar a palavra como verbo em sua forma lógico-oracional e estruturada, a funcionalista auxiliará a reconhecê-la como partícula viva da produção enunciativa entre os sujeitos e, dessa maneira, serão dadas as devidas relações da linguagem, tanto em sua natureza sistematizada e pré-elaborada, quanto em natureza mutável e transformadora, quando devidamente aplicadas às situações de comunicação – o que torna a palavra em si, viva.

Na perspectiva de Neves (1997, p. 07), “[...] o termo *função* pode designar as seguintes relações: a) Entre uma forma e outra (função interna); b) Entre uma forma e seu significado (função semântica); e c) Entre o sistema de formas e seu contexto (função externa)” – o que acaba se referindo ao papel pragmático desempenhado no uso efetivo da linguagem.

Na presente pesquisa, daremos enfoque às funções internas (ao funcionamento oracional-discursivo); externas (aplicação da escolha ao discurso); e semântica no que diz respeito amplo às interpretações dos sentidos.

Destacamos que a função sempre será dada pelo fator social-comunicativo, sendo reconhecido através da necessidade interativa e escolha argumentativa entre os sujeitos do discurso. No intuito de complementar o que a função diz sobre o uso, Neves (1997, p. 08, grifos da autora) ainda esclarece-nos:

Na visão funcionalista, como afirma Halliday (1973a, p. 104), a noção de “função” não se refere aos papéis que desempenham as classes de palavras ou os sintagmas dentro da estrutura das unidades maiores, mas ao papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo a certos tipos universais de demanda, que são muitos e variados.

Percebemos que a linguagem é, sobretudo, utilizada para atender às necessidades humanas; e essas necessidades estão vinculadas à circulação de gêneros do discurso. Os gêneros representam a atividade humana e não excluem a presença da gramática. A função de um gênero (como veremos mais adiante) é a de representar as situações humanas, fazendo uso das possíveis inclinações gramaticais. Portanto, a Gramática Funcional atua na dimensão dos gêneros do discurso, conforme os enunciados trabalham para os gêneros⁵. Assim, em termos funcionais, tudo se resume numa questão de adequação de natureza semântica destinada ao uso e à escolha, a depender do contexto no qual a gramática é empregada.

Acerca das funções da linguagem, originalmente descritas por Karl Bühler, Neves (1997), descreve-nos a de *representação* como o tópico discursivo da enunciação, sendo aquele que mantém a situação comunicativa centrada no alvo subjetivo da comunicabilidade e que, por sua vez, possui capacidade de produzir sentidos a serem formulados pelos sujeitos; a de *exteriorização psíquica*, que podemos considerar como relações de causa e efeito relacionadas entre o “eu” individual/sujeito sobre determinadas posições enunciativas em conjunto com o mundo exterior verbal que vive e se modifica no campo das ideias; e a de *apelo*, sendo a função representativa que caracteriza a linguagem como atividade tipicamente humana.

O termo “função”, quando buscado no dicionário, possui várias definições. Na linguagem, também funciona da mesma forma. Como neste estudo nos atentamos aos eventos de expressividade que demarcaram escolha gramatical, nos referimos à função externa da linguagem, descrita por Neves (1997, p. 10) da seguinte maneira: “A função externa da linguagem apontada como básica é a comunicativa, à qual se

⁵ A discussão sobre Gramática Funcional e gêneros do discurso será apresentada no Capítulo 4 desta monografia de graduação.

segue (e com a qual se mescla), como secundária; e a expressiva, que se refere à manifestação espontânea das emoções do falante”.

Quando nos referimos à manifestação espontânea das emoções dos falantes, não queremos dizer que essa manifestação se trata de um trecho comunicativo desordenado e carregado de emoções, mas sim de uma fala pré-elaborada dotada de escolha e adequação às linguagens demandadas pelo ato discursivo.

Em suma, é oportuno destacarmos:

Por gramática funcional entende-se, em geral, uma teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social. Trata-se de uma teoria que assenta que as relações entre as unidades e as funções das unidades têm prioridade sobre seus limites e sua posição, e que entende a gramática como acessível às pressões do uso. (NEVES, 1997, p. 15).

É com base nessa definição que compreendemos a Gramática Funcional como uma teoria que abarca as interações humanas – estabelecendo, nesses termos – relações de parceria com o dialogismo estudado pelo Círculo de Bakhtin – tema que ainda veremos no desenrolar desta monografia.

A partir da compreensão discorrida acima sobre Gramática Funcional, consideramos necessário, de modo pragmático, correlacionar à noção de gramática, conforme leremos no tópico a seguir.

3.1 A noção de gramática associada ao uso

Nossa utilização gramatical é constante, mas não plenamente consciente. Em uma situação ou outra, desapercebemos as possíveis aplicações gramaticais de natureza funcional que objetivam o auxílio à formulação discursiva em nossa participação social através da formulação de enunciados, de maneira que estes se tornem compreensíveis, isto é, parta de pressupostos organizacionais das condições enunciativas que serão caracterizadas como situações comunicativas.

O enunciado traz, de forma própria, propriedades estilísticas; porque não há enunciado que possa ser compreensível se não houver organização no seu estilo. Podemos trazer à tona concepções de estilo que diretamente se aplicam ao uso

linguístico. Assim, Volóchinov (2017, p. 292) nos conceitua sobre a construção estilística dos enunciados que, por sua vez,

Não teve de lidar apenas com a escolha, mas com toda construção estilística do seu enunciado. O imenso peso social e a patente hierárquica dos indivíduos obrigam o falante a construir os enunciados de maneira requintada; sem falar da entonação, a própria composição verbal do discurso, que em determinadas casos, devem se apossar das características e situações das quais nosso interlocutor se encontra.

Na posição de falantes, encontramos-nos na responsabilidade de manter as ideias organizadas dentro da construção comunicativa – construção essa que demanda características do próprio eu enunciativo, somada à construção de linguagem selecionada para compor o discurso, resultando no estilo – e isto requer um conhecimento amplo dos recursos gramaticais da nossa língua.

Para tanto, é necessário realizar a devida associação ao uso de recursos gramaticais (como as orações adjetivas) nas situações comunicativas em sociedade, estando o conceito de função postulado por Martinet (1994), e abordado por Neves (2018a, p. 13), onde “o termo funcional só tem sentido para os linguistas em referência ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação mútua de sua experiência”. (MARTINET, 1994, p. 13).

De forma a complementar essa visão, a abordagem funcional se dá, exclusivamente em três aspectos: como o valor de utilidade de um objeto de estudo ou comportamento; o papel de uma palavra em uma oração; e de uma grandeza dependente de uma ou de diversas variáveis. Portanto, o conceito de função em estudos linguísticos funcionalistas diz respeito ao uso comunicativo, no que envolve: aspectos contextuais, gramaticais e textuais; construções de sentidos e envolvimento em situações comunicativas.

Ao contrário dos estudos formalistas da linguagem, o funcionalismo se dá através dos papéis sociais que os sujeitos exercem em relação aos outros sob contextos interativos, resultando no que chamamos de expressividade linguística. Assim, definimos que o possuidor da palavra é aquele que vivifica e altera sua representação subjetiva em um campo de comunicação sociocultural.

Na perspectiva funcionalista, porém, não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a

descrição completa precisa incluir referência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socio culturalmente. (NEVES, 1997. p. 23).

Assim, entendemos “descrição completa da expressividade linguística” como sendo a usabilidade da Gramática Funcional em contextos onde a interação reformula a capacidade comunicativa do falante através dos próprios aspectos gramaticais de uma língua (sendo a sintaxe, semântica, pragmática, morfologia, fonologia e estilística) relativizando-os às necessidades intencionais e comunicativas dos sujeitos que dependem dos aspectos cognitivos e interpretativos de decodificação linguística. Podemos reconhecer, portanto, que a aplicação funcional trata-se da adequação das construções sintáticas já definidas (definidas, inclusive, por sujeitos) ao uso social, visto que no âmbito da sociedade habita a linguagem, possuindo, por exclusividade, o sujeito como seu transformador.

Complementando Neves (1997), essas considerações implicam a admissão de um relacionamento intrínseco entre as determinações do discurso e da gramática, uma vez que trazem à tona a noção do discurso como sendo a ferramenta de exposição subjetiva e concreta no âmbito da valoração ideológica, na qual os falantes se encaixam pelo uso valorativo da gramática dentro das situações que recrutam enunciados concretos usados nas circunstâncias interativas.

Quando pensamos em gramática, podemos, em primeira instância, pensar em sua adequabilidade às demandas sociais – no que diz respeito à função. Geralmente, separamos estas vertentes como mãos duplas, mas não buscamos pontos em contraste. O que acontece, é que deve haver determinada relação entre função e forma, porque enquanto uma serve de base para determinado contexto comunicativo – que, por sua vez, demanda os conhecimentos de norma – a outra serve de função (uso) transformacional (metafórico) para alterar os sentidos encontrados na comunicação; e também provocar mudanças significativas na língua sob determinadas adequações sociais.

Bechara (2009, p. 37, grifos do autor) conceitua a forma da língua como:

[...] Tudo o que na língua não é funcional, mas que é tradicional, comum e constante, ou, em outras palavras, tudo o que se diz “assim, e não de outra maneira”. É o plano de estruturação do saber idiomático que está mais próximo das realizações concretas. O sistema e a norma de uma língua funcional refletem sua estrutura.

Quanto às realizações concretas, nessa perspectiva, é necessário não as confundir como enunciados concretos, mas, simplesmente, identificá-las como adequações efetivas da língua, que têm como base uma estrutura pré-existente e se molda sob determinados padrões da língua.

O conceito de forma também é abordado por Celso Cunha e Lindley Cintra (2017, p. 24):

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. Não descuro, porém, dos fatos da linguagem coloquial, especialmente ao analisarmos os empregos e os valores afetivos das formas idiomáticas.

Esse conceito trata da descrição linguística provinda de épocas passadas (ou seja: uma língua sob um ponto de vista isolado, regrado e estruturado que passou por transformações, mas que conservou definições), onde as características nem sempre se enquadram ao uso atual social e se atêm, sobretudo, à utilização escrita/textual.

Em contraposição aos argumentos anteriores favoráveis à própria função, complementamos o conceito de forma e sua abrangente riqueza trazendo à tona a virtude seletiva de um falante normativo. Para Bechara (2009, p. 39), a língua é posta em funcionamento quando “O falante domina o sistema de uma língua quando está em condições de criar nela. Relativamente à norma, o seu domínio é muito mais complexo e exige do falante uma aprendizagem por toda a vida”.

Vemos, também, que, apesar da norma se centrar na tradição, ela não se restringe à sua não-evolução, visto que os sujeitos se deparam com uma complexidade maior de elementos (entre eles, sintáticos). Entretanto, a própria condição de “criar” é um ato de dar vida à língua; mas a ação escolhida nesta vertente passa a ser uma atividade de transformar a própria língua. Então, a noção de língua como viva é o que resulta na atribuição de uso e interação da linguagem, como sendo características dos falantes em comunicação social. O “transformar” cabe muito bem às teorias formais da linguagem – o que não é descartável –, mas aponta para a necessidade contrastante entre forma/função nos aspectos da gramática.

3.2 A noção de sintaxe

A sintaxe em sua perspectiva formal estuda a função e disposição das palavras antepostas e pospostas umas às outras, dentro de construções oracionais. Para que um texto atenda, exclusivamente, a critérios sintáticos, é imprescindível se encaixar aos preceitos de concordância, subordinação e ordem, desde que haja ligação entre suas funções.

O conceito normativo da sintaxe é abordado por Cunha e Cintra (2017, p.133), onde “A parte da gramática que descreve as regras segundo as quais as palavras se combinam para formar frases denomina-se sintaxe”, enquanto que numa perspectiva associada à função do uso linguístico, Cegalla (2000, p.319) além de abordar a noção da forma, traz o conceito de sintaxe sendo dado por “ter como objetivo o alcance da frase no discurso, enxergando o processo de expressividade como uma atividade de escolha linguística do falante.”

Porém, é possível dizer que a sintaxe isenta da companhia de qualquer outro critério gramatical (como a morfologia ou a semântica) passa a ser invalidada; e seu código interpretativo se torna falho. Um bom exemplo para explorar essa ideia é sobre a classe das preposições sob um ponto de vista exclusivamente sintático: sendo as palavras que servem de ligação a dois elementos de uma frase.

Quando aplicamos esse conceito na oração “as horas do relógio pararam”, gramaticalmente temos os três critérios lexicais válidos; mas, no entanto, se trocarmos a preposição “do” pela “até”, temos “as horas até relógio pararam”. Por mais complexo que seja compreender este último exemplo, para a sintaxe, ele é válido, porque liga os termos “horas” e “relógio” dentro da oração, funcionando como modificador do sintagma nominal. Todavia, se lexicalmente uma frase isolada só atende a um critério, ela é inválida; então, passa a ser descartada da análise linguística.

Dessa forma, a sintaxe passou a ser observada em conjunto com critérios morfológicos e semânticos (sendo este último com maior ênfase em nossa pesquisa), e quando observada sob uma perspectiva argumentativa (discursiva), passa a ser interpretada sob a possível intenção daquele que produz a comunicação convocando, nesses termos, o critério textual-discursivo.

Também contrastamos a noção sintática funcional da estrutural, sendo a primeira mais maleável e de maior escolha linguística; e a segunda como uma estrutura composta por diferentes hierarquias dentro de um sistema regrado que compõe unidades sintagmáticas adjuntas. São nestas unidades compostas que alcançamos os objetivos dos discursos, sendo eles em si, propriamente a atividade linguística em ação: quando se dá a comunicação com o ouvinte ou o leitor.

A organização oracional (quando destinada ao discurso) se dá através da relação entre os termos essenciais da oração, sendo eles sujeito e predicado. A noção conceitual de sujeito, segundo Cegalla (2000, p. 295), se dá pela definição: “[...] é o ser do qual se diz alguma coisa.”; enquanto que a de predicado, segundo o mesmo autor, se dá sobre “[...] aquilo que se declara a respeito do sujeito, ou melhor, trata-se do termo que contém a declaração, referida, em geral, ao sujeito”.

Partindo dessa definição, quando pensamos nos seres, obrigatoriamente, pensamos na classe dos substantivos que, por sua vez, constituem núcleos de sintagmas nominais; enquanto que, ao passo que nos atentamos sobre aquilo que se declara, nos direcionamos às noções de verbo que, em seu turno, constituem núcleos dos sintagmas verbais.

Dentro das funções oracionais organizadas entre períodos, encontramos tipos distintos de orações que são classificadas entre coordenadas e subordinadas. As orações coordenadas tratam de relações sintagmáticas que aparecem no período oracional de maneira paralela (que também chamamos de parataxe); enquanto que as subordinadas têm sua ocorrência a partir do reconhecimento das conjunções subordinativas, por produzirem hierarquias sintáticas a nível sintagmático (que chamamos de hipotaxe).

Dentro dos períodos subordinados, encontraremos as orações adjetivas, como veremos a seguir.

3.3 As orações subordinadas adjetivas

A forma da língua se caracteriza por um sistema isolado de regras que dirige a capacidade expressiva. Portanto, não se aplica ao livre uso comunicativo da língua, visto que é parcialmente restrito. Isto não quer dizer que seja absolutamente falho, pois se enquadra em distintas teorias da linguagem que estudam a língua sob um sistema estruturado e é considerado válido.

Trazemos à luz a concepção das orações adjetivas partindo da gramática elaborada por Cunha e Cintra (2017, p. 614), para quem “A oração subordinada classifica-se em adjetiva, porque os papéis que desempenham são comparáveis aos exercidos por adjetivos”.

Percebemos que a noção supracitada de “papel desempenhado” condiz às relações estritamente correlatas e operacionais dentro das orações. O que deve dirigir o funcionalismo na linguística é, sobretudo, a não dissociação da forma dos enunciados em relação à sua função, justamente porque a Gramática Funcional considera a abordagem sobre a forma (estrutura) e tem como um dos objetos de análise o significado (a produção de sentidos) associada às aplicações usuais demandadas pela linguagem (situações comunicativo-interativas).

Os autores Cereja e Cochar (2016, p. 404) consideram a oração subordinada adjetiva como “[...] aquela que tem valor de adjetivo, pois cumpre o papel de caracterizar um substantivo (nome ou pronome) antecedente.” Nessa citação, enxergamos que “valor” passa a ser palavra-chave para a compreensão sobre o uso da língua. O falante que sabe o valor de uma classe gramatical, isto é, sua característica semântica, passa a analisar sua adequação, seu uso e sua escolha sobre as situações de comunicação.

Neves (2018b, p. 655) aborda a noção de orações adjetivas a partir de sua função sintática. Na ótica da autora, “A função sintática da oração adjetiva se dá na relação entre o núcleo ou determinante, e o pronome relativo na oração a que pertence, que aponta para o funcionamento sintático desse elemento”. Já neste recorte, compreendemos como palavra-chave a questão do funcionamento; e também os fatores semânticos exercidos pelo pronome relativo que passam a ser direcionadores da atividade sintática (relacional) entre as orações.

Vejamos que, principalmente, as duas últimas definições possuem maior natureza semântica (se aplicando aos aspectos discursivos) e que de mesmo modo não se atêm, exclusivamente, a valores formais próprios do ordenamento sintático.

Trazemos como exemplo a oração *que teme ser responsabilizado pelos seus atos*, já contida no *corpus* 3, onde ela faz referência ao sujeito antecedente *presidente*. Em uma estruturação lógica da sintaxe, a abordagem sobre este exemplo isolado é validada; porém enquanto estiver ausente de um contexto discursivo, a sua análise funcional não é validada, pois não há referência ao falante que produziu a oração sob contextos de interação social.

Desses pressupostos, concluímos que função e forma nos estudos linguísticos precisam ser indissociáveis; porque ambos se atentam a especificidades discursivas das interações ao usarem as construções sintáticas adjetivas – dado particular desta investigação científica.

Algumas orações aparecem de maneira específica em diferentes enunciações. As subordinadas adjetivas são classificadas como explicativas ou restritivas e possuem a capacidade de restringir sentidos nominais ou acrescentar informações ao enunciado, a depender da escolha do uso da vírgula, por exemplo. Na fala, as orações explicativas são demarcadas pela pausa.

Dentro destas classificações, existem fatores que merecem atenção. Pelas orações adjetivas terem relação com o termo antecedente (no caso dos adjuntos e demais pronomes relativos), é necessário observar as partes da oração junto às diversas relações de ordenamento que, por sua vez, são exprimidas pelos elementos formais.

Fator relevante aos estudos das relativas é a presença de uma função sintagmática que está aparentemente oculta e que é camuflada pelas relações estruturais presentes na oração. Nesse questionamento, nos deparamos com a possibilidade de estudar a necessidade das subclassificações das adjetivas – isto é – dos aspectos funcionais da linguagem que as consideram restritivas ou explicativas.

Ambas classificações são, comumente, aparecidas nas formas (que + é), mas o que as diferencia em aspectos estruturais é a presença da vírgula. Vale ressaltar que um aspecto estrutural como a vírgula pode provocar alterações na significação oracional, mas a presença do pronome relativo “que”, em determinados casos, anula a necessidade da vírgula, tornando a oração ora restritiva, ora explicativa; e acaba em se tornar unicamente adjetiva (relativa) – princípio que ratifica a noção de língua como mutável a depender dos usos.

Diante do exposto, convocamos o capítulo teórico em que propomos um encontro entre a Gramática Funcional e a Teoria Dialógica da Linguagem.

4 A TEORIA DIALÓGICA DA LINGUAGEM E A GRAMÁTICA FUNCIONAL: UM ENCONTRO POSSÍVEL

“Função” nos estudos de dialogismo diz respeito, sobretudo, a estudar os enunciados dentro dos vínculos sociais que lhe deram origem. Como a Gramática Funcional analisa a função de determinados elementos linguísticos presentes em uma língua, significa dizer que estes fatores possuem a múltipla capacidade de produzir sentidos, sendo estes frutos de um número infinito de capacidades construtivas da linguagem.

Segundo Sériot (2015, p. 90, grifos do autor), podemos encontrar as funções da linguagem sendo usadas

[...] através das “trocas sociais”, que são os diversos usos da língua sob diversos contextos socialmente distintos. Uma troca social pode se dá dentro de uma organização social (como uma instituição administrativa ou de ensino), no local de produção do enunciado (nos locais de trabalho – onde se encontram as determinadas classes sociais), no nosso cotidiano (em casa, em meio às ruas, nos mercados, etc.) e na divulgação de propagandas com fins ideológicos.

Para podermos fazer um encaixe entre a Teoria Dialógica da Linguagem e a Gramática Funcional, precisamos compreender os meios de circulação em que a língua tramita. Como os estudos dialógicos também analisam o uso pelos sujeitos – e são estes que dão vida à própria linguagem –, a gramática funcional vem com o apoio de compreender as possíveis interpretações discursivas sob a experiência concreta da representação social dos sujeitos, como, por exemplo, os gêneros do discurso que possuem, por função comunicativa, representar os diversos setores de atuação humana.

Com o fito de compreendermos estes setores, devemos fazer jus ao contexto e aos interlocutores para que, assim, o enunciado seja inteligível. A gramática funcional em meio a esta situação localiza-se como intermediadora entre contexto e interlocutor, tendo o interlocutor a capacidade de transformar a presente subjetividade enunciativa, a partir da utilização dos aspectos gramaticais de sua língua.

Para isso, lemos como necessário situar a posição do sujeito em seu âmbito de atividade interativa. Nessas condições, convocamos o tópico a seguir que trata

dos gêneros do discurso, relacionando-os à posição do sujeito sobre os enunciados concretos atuando na construção e circulação de gêneros.

4.1 Os gêneros do discurso

Os gêneros têm função de representar a realidade concreta partindo de recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais de determinada língua/linguagem, tendo como características o tema, o estilo e a construção composicional, como podemos observar na citação abaixo:

Todos esses três elementos – o conteúdo temático, o estilo, a construção composicional – estão indissolivelmente ligados no conjunto do enunciado e são igualmente determinados pela especificidade de um campo da comunicação. Evidentemente, cada enunciado particular é individual, mas cada campo da utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 2016, p. 12).

Como tratamos de comunicação social e discursiva, tendo como característica os enunciados particulares, abordaremos, neste trabalho, o campo da comunicação discursiva do jornalismo, que, por possuir funções informativa, interpretativa e opinativa, serve para integrar a interação entre o jornal e o leitor. É através do grau de informatividade presente no gênero, que os leitores exigem que os conteúdos se modifiquem de acordo com a opinião pública. Os gêneros jornalísticos têm como suporte os jornais e revistas impressos, rádio, televisão e Web, possuindo, primordialmente, as características informativa e comunicativa.

Hoje em dia, os gêneros jornalísticos são um dos veículos informativos mais lidos/ouvidos, porque alcançam todas as esferas da sociedade. Uma de suas características é a efemeridade, justamente porque facilita a obtenção de novas informações (ocorridas no dia a dia) e espalham acontecimentos de natureza política, ideológica e histórica na sociedade. Com isso, consideraremos o gênero jornalístico artigo de opinião, que é consumido por públicos de classes e filiações ideológicas distintas, como fonte de dados para a nossa pesquisa.

O gênero jornalístico artigo de opinião é uma forma de comunicação não unicamente informativa, mas também dissertativa, em que o autor apresenta seu ponto de vista (valoração) sobre determinado assunto ocorrido na sociedade. Sua

origem nasce da dependência de informatividade. É um texto de natureza argumentativa, baseado em dados e informações concretas que conferem a validade da argumentação. Cunha (2019, p. 153) nos ajuda a validar essa afirmação ao afirmar que o papel do investigador da linguagem consiste nos atos do pensamento científico: “[...] o pensamento científico são construções, fatos selecionados e interpretados pelo pesquisador, que trazem neles mesmos seu horizonte de interpretação, sendo esta baseada em experiências próprias ou dos outros”.

Disto, presumimos que os fatos decorrem do ato e que tanto o pesquisador quanto os outros podem ser sujeitos do dizer. O pensamento se dá, portanto, através dos horizontes de produção e de interpretação de enunciados concretos – que nesta pesquisa também chamamos de pontos de vista.

Pelo gênero artigo de opinião possuir forte característica argumentativa/opinativa, que demanda do uso constante de valorações, encontramos a ocorrência das orações adjetivas, onde trazemos a noção de responsividade como atividade que requer compreensão por parte dos enunciatários que, por sua vez, lhes traz a capacidade de formular respostas. A interação presente entre pergunta/resposta pode ser comparada a relações de causa e efeito, tornando a pergunta como causa inicial (ou seja, o problema a ser discutido pelos interlocutores, que está tanto no campo do contexto, quanto das ideias) e a resposta na posição de efeito que busca ser inteligível (como sendo as possíveis compreensões que ligam as capacidades responsivas se tornando partes da interação entre os falantes).

Portanto, consideramos necessário apresentar a definição, na íntegra, de gênero discursivo de Bakhtin (2016, p. 25-26) – inclusive, parte dela já apresentada nesta monografia:

Portanto, toda compreensão plena real é ativamente responsiva e não é senão uma fase inicial preparatória da resposta (seja qual for a forma em que ela se dê). O próprio falante está determinado precisamente a essa compreensão ativamente responsiva: ele não espera uma compreensão passiva, por assim dizer, que apenas dobre o seu pensamento em voz alheia, mas uma resposta, uma concordância, uma participação, uma objeção, uma execução, etc. (os diferentes gêneros discursivos pressupõem diferentes diretrizes de objetivos, projetos de discurso dos falantes ou escreventes). O empenho em tornar inteligível a sua fala é apenas o momento abstrato do projeto concreto e pleno de discurso do falante. Ademais,

todo falante é por si mesmo um respondente em maior ou menor grau: porque ele não é o primeiro falante, o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo, e pressupõe não só a existência do sistema da língua que usa mas também de alguns enunciados antecedentes – dos seus e alheios – com os quais o seu enunciado entra nessas ou naquelas relações (baseia-se neles, polemiza com eles, simplesmente os pressupõe já conhecidos do ouvinte). (BAKHTIN, 2016, p. 25-26).

Assim, enxergamos a noção de responsividade como relações de meios e fins pelos quais elaboramos e discorremos o que iremos proferir, sempre partindo do nosso “eu” interior em direção ao mundo da exterioridade – o presente vislumbrar do horizonte das sensações, dos sentidos e compreensões que são resultados da noção interativa entre os sujeitos participantes do discurso.

Como os gêneros do discurso requerem certa análise linguística, vale destacar as autoras Bezerra e Reinaldo (2013, p. 21) que elucidam:

A primeira prática de análise linguística consiste em descrever as unidades da língua partindo de pontos de vista diferentes e, conseqüentemente, elege aquelas que passam a ser seu objeto central de estudo.

Quando falamos acerca do discurso, falamos sobre os pontos de vista, sobre as valorações ideologicamente situadas. As valorações são produzidas pelos sujeitos que se encontram sob o âmbito da enunciação que envolve as situações de comunicabilidade. Entretanto, precisamos entender aquilo que é interno; inerente ao sujeito, ou seja: compreender as interpretações que são resultado de um campo discursivo onde as ideias entram em confronto ou concordância com outros sujeitos, sendo elas exprimidas através da comunicação, como maneira de interagir.

Acerca da língua como fenômeno de interação discursiva e não exclusiva à produção de pensamento, trazemos à tona as palavras de Xavier (2023, no prelo) que define a língua como

Uma base cognitiva responsável pelas relações entre homem e mundo biossocial – trata da representação do mundo em termos linguísticos, destacando o papel da linguagem não apenas como organizadora do pensamento, mas também como um dispositivo de compreensão e de categorização das vivências de mundo.

Compreendemos, então, que para um sujeito estar conscientemente inserido em um campo enunciativo, faz-se necessário possuir conhecimentos prévios de mundo, abrangendo categorias temáticas de comunicação, assim como suas noções de individualidade perante determinados posicionamentos sociais. É dentro dessa consciente concepção interativa de abordagem social que nos deparamos com a presença dos gêneros discursivos e dos enunciados concretos.

Em uma abordagem psicológica sobre os indivíduos – e se relacionando aos fatores cognitivos –, a compreensão se dá a partir do reconhecimento do eu (sujeito interno) em relação ao exterior (demais sujeitos participantes da enunciação). No âmbito da comunicação, Bakhtin (1992) afirma que aquele que pratica um ato de compreensão (também no caso do pesquisador) passa a ser participante do diálogo. Isso significa que fatores externos à compreensão, como a própria comunicação na sua forma exteriorizada, são acessórios e que o sujeito pensante dá vida e é transformado pelo dialogismo, em uma relação recíproca de troca de informação.

Visto que o conteúdo informativo é composto pela ciência estilística, também consideramos importante ressaltar a noção de estilo.

O ato estilístico é uma seleção de meios linguísticos. Estilo é, pois, uma seleção de certos meios lexicais, fraseológicos e gramaticais em função da imagem do interlocutor e de como se presume sua compreensão responsiva ativa do enunciado. (FIORIN, 2011. p. 49).

Assim, podemos compreender que o estilo é, também, uma outra ferramenta da linguagem capaz de conceber forma e vida às sentenças que elaboramos, no que se origina através da nossa maneira de interagir.

Complementando, Fiorin (2011) menciona, por exemplo, que só se pode estudar a língua a partir dos gêneros do discurso – sendo este o ponto de encontro entre a Teoria Dialógica da Linguagem e a Gramática Funcional. Nesse limiar, compreendemos que os gêneros do discurso, a interação social comunicativa e o uso da língua estão presentes em todas as esferas da sociedade, porque a sociedade gira em torno da interação. Se não fossem estas características, não haveríamos formas concretas e relativamente estruturadas de se comunicar a partir de determinados princípios gramaticais, de determinadas construções sintáticas. Sem elas, a comunicação seria confusa e ausente de parâmetros.

No que concerne à significação linguística,

Toda compreensão de um texto, tenha ele a dimensão que tiver, implica, segundo Bakhtin, uma responsividade e, por conseguinte, um juízo de valor. O ouvinte ou o leitor, ao receber e compreender a significação linguística de um texto, adota, ao mesmo tempo, em relação a ele, uma atitude responsiva ativa: concorda ou discorda, total ou parcialmente; completa; adapta; etc. Toda compreensão é carregada de resposta. Isso quer dizer que a compreensão passiva da significação é apenas parte do processo global de compreensão. O todo é a compreensão responsiva ativa, que se expressa num ato real de resposta. (FIORIN, 2011. p. 07-08).

O juízo de valor que exercemos sobre um texto (verbal ou não verbal) habita em nossa consciência linguística como interface de compreensão sobre as situações de mundo que interferem (ou inferem) em nossa concepção interpretativa das coisas. Ele está presente no campo da interpretação prévia dos enunciados e se concretiza através da comunicação/interação.

Assim, ainda concordamos com Fiorin (2011, p. 08) quando preconiza:

[...] a compreensão não surge da sua subjetividade. Ela é tributária de outras compreensões. Ao mesmo tempo, como o leitor participa desse diálogo mobilizando aquilo que leu e dando a todo esse material uma resposta ativa, sua leitura é singular.

A resposta ativa que o autor explica diz respeito à reação do sujeito perante às ideias, enquanto que sua interpretação é singular; ou seja: de cunho unicamente individual e com propriedades compreensivas que podem ou não serem modificadas em torno do campo enunciativo. Desse modo, como no âmbito dos gêneros do discurso se encontram os enunciados – e estes, por sua vez, são amplos –, consideramos vasta a utilização dos gêneros discursivos.

Bakhtin (1992, p. 279) afirma que

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

Portanto, dia a dia percebemos a necessidade de nos expressar através dos gêneros. Por exemplo, um aluno não poderia realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sem os conhecimentos prévios do gênero redação; um cozinheiro

não conseguiria preparar um bolo sem o conhecimento de sua receita; um juiz não poderia proferir um despacho sem o conhecimento de sua função. Portanto, entendemos que os gêneros nascem da necessidade humana e social de interpretar o mundo em que vivemos; e estas diversas interpretações são cabíveis aos enunciados, porque tratam dos acontecimentos sociais realizados pelos sujeitos.

Também precisamos entender que os gêneros passam por processos; e esses processos nascem da demanda social. Compreendemos com Bakhtin (1992) e com Fiorin (2011) sobre a necessidade do gênero ter uma estrutura compreensível para que atenda a determinadas necessidades sociais. Sobretudo, na perspectiva do Círculo, muito mais importa a necessidade do que a forma, como vemos:

Bakhtin não vai teorizar sobre o gênero, levando em conta o produto, mas o processo de sua produção. Interessam-lhe menos as propriedades formais dos gêneros do que a maneira como eles se constituem. (FIORIN, 2011. p. 47).

Assim, interpretamos que novos gêneros nascem dia a dia, a partir da necessidade demandada pela convivência social. Citamos Fiorin (2011) ao definir que o gênero estabelece, pois, uma interconexão da linguagem com a vida em sociedade. Essa interconexão é estabelecida entre necessidade social e demanda informativa.

Diante do exposto, é por meio dos gêneros do discurso que estabelecemos a relação entre forma e função. Portanto, entre uma abordagem sobre construções gramaticais de uma língua natural e seus propósitos comunicativos. Nas palavras de Marcuschi (2005), quando aprendemos a operar com um gênero, aprendemos um modo de atuação sócio-discursiva numa cultura e não um simples modo de produção textual. Tais palavras, por exemplo, sinalizam que pensar em ocorrências de construções sintáticas em gêneros discursivos vários corresponde a interconectar conhecimentos de descrição da língua com conhecimentos sobre a vida verboideológica dessas construções, oportunizando, funcionalmente, modos de produzir e de fazer circular pontos de vista – veja fundante que nos autoriza dialogar com o conceito maleável de língua adotado pela Gramática Funcional e de interações discursivas, via gêneros, amparado pela Teoria Dialógica da Linguagem.

Apresentada nossa fundamentação teórica, prosseguiremos com as questões de natureza metodológica da pesquisa.

5 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem por intuito promover maiores avanços à ciência da linguagem por se basear em fatos empíricos, ou seja: procuramos investigar causas que fazem determinados fenômenos na linguagem em uso ocorrerem. A partir de Prodanov e Freitas (2013), consideramos que a investigação se encaixa nos âmbitos de natureza básica, explicativa e quali-quantitativa.

Os objetivos são de natureza explicativa, visto que procuramos expor os “porquês” das utilizações da linguagem em sua forma viva, sendo analisada na perspectiva dialógica como enunciados concretos (caracterizando-se como as diversas realidades conhecidas pelos sujeitos do discurso). Temos como instrumentos de análise o registro e sua classificação, assim como a interpretação dos fenômenos observados sob as construções sintáticas presentes em discursos de artigos de opinião sobre a CPI da COVID-19 publicados no ano de 2021.

A metodologia da Teoria Dialógica da Linguagem descrita por Volóchinov (2017, p. 220) também trata da comunicação discursiva concreta, que vive e se transforma no âmbito social:

Disso decorre que a ordem metodologicamente fundamentada para o estudo da língua deve ser a seguinte: 1) formas e tipos de interação discursiva em sua relação com as condições concretas; 2) formas dos enunciados ou discursos verbais singulares em relação estreita com a interação da qual são parte, isto é, os gêneros dos discursos verbais determinados pela interação discursiva na vida e na criação ideológica; 3) partindo disso, revisão das formas da língua em sua concepção linguística habitual.

Assim, compreendemos – no viés metodológico do Círculo de Bakhtin – que a língua vive em constantes alterações. As formas de usá-la (no âmbito comunicativo-social) são representadas pela interação – que, por sua vez, se relacionam de maneiras distintas a enunciados (condições) concretas distintas. Vimos que os discursos explorados nos artigos de opinião fizeram parte de determinado contexto (que se insere no âmbito das interações), e assim será reconhecida a formação opinativo-ideológica que nos guiou à análise da linguagem sob definições concretas.

A realidade concreta da linguagem, isto é, as condições em que se efetiva o uso linguístico, está em questão. Volóchinov (2017) nos explica que as leis de

formação da língua são sociológicas em sua essência, portanto, fazem parte dos cidadãos (sujeitos) do discurso, estando estes caracterizados como objeto metodológico da linguagem. Quando falamos sobre formação da língua, pressupomos que, por antecedência, deve haver um ser formador e que este ser formador se encontra rodeado de outros seres formadores de linguagem. Acerca dessa formação linguística de natureza social, cabe expor a citação:

1) A língua como um sistema estável de formas normativas idênticas é somente uma abstração científica, produtiva apenas diante de determinados objetivos práticos e teóricos. Essa abstração não é adequada à realidade concreta da língua. 2) A língua é um processo ininterrupto de formação, realizado por meio da interação sociodiscursiva dos falantes. 3) As leis da formação da língua não são de modo algum individuais e psicológicas, tampouco podem ser isoladas da atividade dos indivíduos falantes. As leis da formação da língua são leis sociológicas em sua essência. 4) A criação da língua não coincide com a criação artística ou com qualquer outra criação especificamente ideológica. No entanto, ao mesmo tempo, a criação linguística não pode ser compreendida sem considerar os sentidos e os valores ideológicos que a constituem. A formação da língua, como qualquer formação histórica, pode ser percebida como uma necessidade mecânica cega, porém também pode ser uma “necessidade livre” ao se tornar consciente e voluntária. 5) A estrutura do enunciado é uma estrutura puramente social. O enunciado, como tal, existe entre os falantes. O ato discursivo individual (no sentido estrito da palavra “individual”) é um *contradicto in adjecto*. (VOLÓCHINOV, 2017, p. 224-225).

Quando defendemos a “necessidade livre”, consideramos sujeitos ligados a circunstâncias do mundo ao seu redor, isto é: ao redor dos fatores históricos, sociais, político-ideológicos, culturais, individuais e responsivos. Todos estes fazem parte do “inconsciente coletivo” que existe no campo da subjetividade concreta. Logo, os contextos que, indissolúvelmente, produzem enunciados, na verdade, produzem realidades – até que, em última instância, produzam valorações. Esta é a maior característica dos sujeitos: ter ciência de si como indivíduo participativo de um diálogo valorativo, que parte de seu interior ao exterior; sempre produzindo as diversas realidades concretas que se definem na linguagem em uso.

5.1 A geração de dados

Nossa geração de dados assumiu um caráter qualiquantitativo e, sobretudo, empírico (visto que compreendemos a língua em uso através de sujeitos). A geração dos dados se deu pelo viés netnográfico, ou seja, de um ramo especializado da etnografia (como sendo forma de estudo científico que se aplica aos estudos sociais) e faz uso de comunicações através de um computador utilizado como fonte de dados para chegar ao entendimento e representação etnográfica de determinado fenômeno cultural ou social na internet. Seu modo de trabalho é adaptado a estudar informações partindo de canais noticiários, aplicativos mensageiros, redes sociais, entre outros, conforme Kozinets (2014).

A pesquisa possui em destaque as fontes (textos do gênero jornalístico artigo de opinião), sendo colhidas através de meios digitais e advindas de arquivos contidos em portais informativos de cunho jornalístico.

O critério temático para a seleção dos artigos que compõem cada artigo de opinião desta pesquisa é a CPI da COVID-19, inicialmente ocorrida em abril de 2021, e que repercutiu enunciações carregadas de valorações proferidas pelos sujeitos produtores de discurso.

A organização dos dados se deu através da seleção de informações digitais no âmbito midiático, sendo as principais fontes os portais de notícia: *Notícias – Site do Senado Federal*; o site *Jornal Opção*; o jornal eletrônico *Brasil de Fato/RS*; e o site eletrônico *R7 - Notícias da Record*.

O primeiro portal foi escolhido por ser o órgão federativo de informação, onde as enunciações principais de cunho político são produzidas. Não selecionamos *corpus* provindos deste portal, pela justificativa de que consideramos que as informações originais são celeremente publicadas logo após produzidas, e comumente possuem tons de impessoalidade demarcada. Por conseguinte, as demais fontes são exploradas sob perspectivas (olhares) de sujeitos de classes sociais distintas, tendo o primeiro articulista um posicionamento discursivo distinto dos demais encontrados nos demais *corpus* da pesquisa.

Destacamos que nossa pesquisa se destaca no âmbito social, especificamente se enquadra no político. Portanto, segundo o contido em nossa

Constituição Federal do Brasil⁶, especificamente no Art. 1º. *Parágrafo único*, que preconiza: “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”. Isto quer dizer que as pessoas na posição de sujeitos têm a capacidade de exercer política; e exercer política também consiste em produzir, discutir, estudar e participar de enunciados.

A geração dos dados foi dada através do registro sistemático e da observação de fatos realizados – como o uso das orações adjetivas encontradas nos artigos de opinião – em textos que tematizam sobre a CPI da COVID-19, caracterizada como um enunciado concreto.

Do ponto de vista temporal, a geração netnográfica de dados ocorreu entre os meses de setembro e outubro de 2022. A busca foi realizada, via *Google*, a partir da seguinte inscrição: “artigos de opinião sobre a COVID-19”. Foram encontrados mais de dez artigos. Para efeito de recorte metodológico, selecionamos 03 hospedados nos portais de notícias já mencionados neste tópico, a saber:

- **“Opinião: senadores desrespeitam Luciano Hang”**⁷, de Thiago Contreira (diretor de jornalismo da Record TV) e veiculado pelo portal de notícias R7;

- **“CPI não põe “genocida” na testa de Bolsonaro, mas deveria acusá-lo, sim, de homicídio”**⁸, de Elder Dias (jornalista e servidor da Universidade Federal de Goiás) e veiculado pelo *site* do Jornal Opção; e

- **“CPI da covid sim! Precisamos salvar o Brasil do genocídio”**⁹, de Dionilso Marcon (político gaúcho e articulista) e veiculado pelo *site* Brasil de Fato/Rio Grande do Sul.

No sentido de não tornar a análise repetitiva, a escolha dos três artigos se desenvolveu, sobretudo, por questões relacionadas à: 1) veículos midiáticos diferentes; 2) autores distintos; e, principalmente, 3) posições ideológicas contrárias e a favor da CPI da COVID-19.

⁶ Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 10/10/2022.

⁷ Disponível em <<https://noticias.r7.com/brasil/opinia0-senadores-desrespeitam-luciano-hang-29092021>> Acesso em 26/10/2022.

⁸ Disponível em <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/cpi-nao-poe-genocida-na-testa-de-bolsonaro-mas-deveria-acusa-lo-sim-de-homicidio-358743/>> Acesso em 26/10/2022.

⁹ Disponível em <<https://www.brasildefatores.com.br/2021/04/14/artigo-cpi-da-covid-sim-precisamos-salvar-o-brasil-do-genocidio>> Acesso em 26/10/2022.

5.2 Procedimentos e categoria de análise

Os procedimentos de análise e interpretação dos dados ocorreram por meio das seguintes etapas: 1 – O reconhecimento da produção de enunciados concretos como resultados de acontecimentos sociais na perspectiva dialógica; 2 – Identificação das ocorrências de “construções adjetivas” dentro dos excertos encontrados nos artigos de opinião (o que sugere, também, uma perspectiva de natureza quantitativa de abordagem dos dados); 3 – Interpretação dos efeitos de sentido das construções adjetivas sob as perspectivas teóricas do dialogismo e do funcionalismo, acerca da linguagem em uso presente nos textos informativos; e 4 – Análise do uso, frequência e tipologia das sentenças oracionais adjetivas.

Essas etapas constituem a análise do *corpus* da pesquisa em sua forma organizada em números – o que auxilia nossa identificação sobre os processos analíticos. No primeiro e terceiro, temos uma abordagem de cunho qualitativa; enquanto que no segundo temos uma abordagem quantitativa; e no quarto um funcionamento de natureza qualiquantitativa. Isto se deu pelos métodos em que a pesquisa foi abordada: pela ocorrência (aparecimento), uso e tipologia¹⁰ (função e classificações) das orações subordinadas adjetivas; e pelas compreensões dialógico-discursivas que tais ocorrências fizeram transitar nas construções de sentidos presentes no *corpus* analisado – isto é – como uma ocorrência de oração subordinada adjetiva funciona em prol da formulação discursiva, tendo em vista as valorações demarcadas internamente aos artigos.

Em se tratando da formulação de categoria de análise, destacamos que, nesta pesquisa, ela foi construída a partir de três artigos de opinião que configuram o *corpus* da pesquisa. Ela se deu através do reconhecimento do peso discursivo inerente às naturezas dissertativas e argumentativas presentes no gênero artigo de opinião, mais especificamente nas orações adjetivas que foram encontradas. A sistematização da categoria se estabeleceu da seguinte forma:

- 1 – O reconhecimento semântico (sobre a interpretação dos enunciados);
- 2 – O esclarecimento das possíveis inclinações discursivas dos articulistas;
- 3 – O desmembramento dos conjuntos oracionais adjetivos dentro dos artigos de opinião; e

¹⁰ “Tipologia” se refere às denominações dadas às orações subordinadas adjetivas.

4 – A explicação do comportamento oracional-adjetivo acerca do funcionamento do discurso.

Reconhecemos, portanto, que nesta categoria, intitulada de As orações subordinadas adjetivas como enunciados concretos no gênero artigo de opinião com temática sobre a CPI da COVID-19, abordamos a possível interpretação discursiva proferida no ato do dizer dos articulistas. Quando nos referimos ao reconhecimento semântico, quisemos fazer jus à escolha argumentativa usada pelo articulista em relação aos enunciados em pauta; assim, tratamos das valorações – isto é, os pontos de vista.

E se referindo ao funcionamento oracional-adjetivo dentro dos artigos, trabalhamos com o peso contido na linguagem usada pelo articulista para justificar seus possíveis argumentos sobre seu posicionamento perante os acontecimentos sociais/discursivos.

Diante do apresentado, elegemos como categoria geral de análise as orações subordinadas adjetivas no funcionamento dialógico-discursivo do gênero artigo de opinião.

A seguir, chamamos a análise dos dados desta pesquisa.

6 CONSTRUÇÕES SINTÁTICAS ADJETIVAS NO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DO GÊNERO ARTIGO DE OPINIÃO

Para atingir a proposta desta pesquisa, é necessário analisar a função que a língua exerce dentro dos enunciados concretos, partindo dos níveis de escrita ou de reproduções da fala.

Quando fazemos uma análise das orações subordinadas adjetivas sob a perspectiva do discurso, percebemos que elas tendem a passar de um grau interpretativo mais simples, para outro de complexidade maior, visto que os sentidos de tais orações possuem discursivamente fortes naturezas tendenciosas ideologicamente situadas.

Associando o conceito de sujeito, podemos perceber – e também possivelmente interpretar – o que determinados *dizeres querem dizer*. Assim, o reconhecimento dos pronomes relativos dentro das orações subordinadas adjetivas

auxiliará, semanticamente, os possíveis posicionamentos do enunciador no ato do dizer.

É justamente a partir desse ato discursivo introduzido através das partículas relativas que obtemos maior congruência sobre as interpretações do discurso; e é nesse momento que entram as classificações das construções sintáticas adjetivas: quer sejam explicativas, quer sejam restritivas, ou unicamente relativas.

Diante dessas colocações, podemos fazer diversas perguntas: Até onde o reconhecimento de um “que” dentro de uma sentença pode ser necessariamente impositivo? E qual seria a relação dessa semântica impositiva com as orações restritivas ou explicativas? Ou mesmo, até onde uma sentença declarativa pode ser interpretada – visto que – discursivamente, as partículas relativas aparentam ser cada vez mais tendenciosas? Como podemos enxergar em um texto, se na presença ou ausência de vírgulas, tanto as adjetivas restritivas quanto explicativas possuem o mesmo sentido? Essas discussões são necessárias para podermos dar início as possíveis interpretações analíticas sob um olhar discursivo.

Sem almejar adiantar análises, enfatizamos que o gênero jornalístico artigo de opinião, por possuir natureza argumentativa e sociopolítica (se atendo às diversas camadas e classes sociais que redigem os textos), possibilita a presença de entonações semânticas no e sobre o discurso.

Para essa análise, trouxemos três artigos de opiniões distintas: o primeiro, redigido por um sujeito atuante em canal noticiário de direita¹¹; o segundo por um sujeito filiado a um canal de notícias de esquerda¹²; e o terceiro, não tão diferentemente do segundo, se filiando as mesmas visões partidárias, porém com argumentos de maior convencimento sob um ponto de vista social-discursivo.

Nesse sentido, a análise caminhou por buscar respostas a quem enunciou? Quando enunciou e sob quais circunstâncias verboideológicas? – perguntas-chave para desenvolvermos uma análise discursiva de construções sintáticas adjetivas em perspectiva dialógica de enunciados concretos.

¹¹ O canal de notícias R7 é conhecido por ser um canal de filiação ideológica da direita.

¹² Os demais artigos encontrados nos portais de informação possuem representação valorativa da esquerda.

6.1 As orações subordinadas adjetivas como enunciados concretos no gênero artigo de opinião com temática sobre a CPI da COVID-19

O gênero artigo de opinião é conhecido por possuir naturezas de forte argumentação e persuasão entre seus articulistas e leitores, sendo essa relação dada aos mais variados níveis de classes sociais presentes na sociedade. Os artigos de opinião são sempre textos do tipo dissertativo-argumentativo, com demarcações valorativas presentes na introdução, no desenvolvimento e na conclusão – elementos que estão na base da construção composicional do gênero em questão, conforme orienta-nos Bakhtin (2016).

Tratando especificamente das orações subordinadas adjetivas, compreendemos que elas exercem funções, caracterizações e delimitações dentro de determinado texto, tendo por determinação – no caso dos artigos de opinião – demarcar pontos de vista distintos do articulista sobre acontecimentos históricos, culturais, políticos e sociais, uma vez que é da ordem do adjetivar apresentar modos de subjetivação, modos de se colocar no mundo a partir de caracterizações, de posicionamentos valorativos.

Dadas essas conceituações, fazemos, nesse momento, a chamada do primeiro artigo selecionado como *corpus* desta pesquisa. Convocamos, nesse intuito, no quadro a seguir, o texto intitulado de “**Opinião: senadores desrespeitam Luciano Hang**”, assinado pelo jornalista Thiago Contreira.

Quadro 01 – *Corpus 1* - Artigo de opinião assinado por Thiago Contreira

Opinião: senadores desrespeitam Luciano Hang

A CPI virou um circo e a culpa é dos senadores que comandam a CPI da Covid

Thiago Contreira

O que o Brasil está vendo no dia de hoje é lamentável, uma vergonha para o Senado. O depoimento do empresário Luciano Hang, proprietário da rede de lojas Havan, foi transformado em um circo, e a culpa é toda dos senadores **que comandam a**

CPI da Covid.

O senador Renan Calheiros foi desrespeitoso. Mesmo sem citar nomes, não se pode chamar um depoente de “bobo da corte”, seja ele **quem for**, tenha o depoente a posição política **que tenha**. Do mesmo modo, o presidente da CPI, Omar Aziz, não pode se transformar em um fiscal das virtudes, uma espécie tosca de comentarista de respostas do inquirido.

Já o senador Randolfe Rodrigues, contrariando qualquer prática democrática, chegou ao absurdo de proibir o depoente de usar adjetivos nas respostas.

Os senadores precisam ser lembrados de que estão na CPI para investigar o combate à Covid e, para isso, devem fazer perguntas objetivas, sérias e, é claro, deixar que os depoentes falem.

Também é preciso exigir isonomia por parte dos senadores. É absurda a diferença de tratamento **que os senadores dispensam a Luciano Hang em relação aos depoentes “alinhados” com a oposição ao presidente Bolsonaro**. Basta rever o depoimento da advogada dos ex-médicos da Prevent Senior ontem.

Para esta CPI ser levada a sério pela população, os senadores **que a compõem** devem esquecer os holofotes e lembrar que são funcionários do Brasil.

Fonte: <<https://noticias.r7.com/brasil/opiniao-senadores-desrespeitam-luciano-hang-29092021>>
Acesso em 26/10/2022.

O *Corpus* 1 provém do canal de notícias R7. Trata-se do artigo de opinião assinado por Thiago Contreira, em 29 de setembro de 2021. O autor deste artigo atua como diretor de jornalismo na Record TV e demais áreas prioritárias, como: o Jornal da Record, a editoria de política e a de opinião da rede de comunicação.

O artigo em questão se refere à investigação sobre o empresário Luciano Hang, proprietário das lojas Havan, acerca de informações supostamente falsas sobre doações de vacinas contra a COVID-19. O mesmo havia negado não participar do gabinete de assessoria do governo federal e defendia o tratamento precoce da COVID-19 com remédios sem eficácia devidamente comprovada.

A CPI da COVID atuou na investigação de supostas omissões e irregularidades sobre as ações do governo federal do presidente Jair Bolsonaro, durante a pandemia da COVID-19 no Brasil. Foram investigados indivíduos suspeitos de envolvimento direto com o então Presidente da República acerca das ausências administrativas tomadas – o que ocasionou mortes de mais de meio milhão de brasileiros, além dos casos confirmados que ainda não vieram a óbito.

Vejamos, a seguir, as ocorrências das orações adjetivas no texto em análise. O critério inicial da geração de dados foi o reconhecimento da construção sintática, para, então, partir para o funcionamento da organização discursiva do gênero, planejada e elaborada pelo articulista do artigo.

Eis os dados presentes na Tabela 01:

Tabela 01 – Apresentação dos dados reconhecidos no *Corpus 1*

Orações subordinadas adjetivas
Construção sintática adjetiva 1: que comandam a CPI da Covid
Construção sintática adjetiva 2: quem for
Construção sintática adjetiva 3: que tenha
Construção sintática adjetiva 4: que os senadores dispensam a Luciano Hang em relação aos depoentes “alinhados” com a oposição ao presidente Bolsonaro
Construção sintática adjetiva 5: que a compõem

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador

A partir do dado apresentado, verificamos que a oração adjetiva “**que comandam a CPI da Covid**” indica que, para o autor do artigo, existe certa pressão que faz com que a CPI, de fato, seja um espetáculo; mais do que uma apuração.

Percebemos que, pela construção da mesma oração, conseguimos compreender um posicionamento do autor contrário à CPI. A própria escolha do verbo *comandar* indica um discurso autoritário. Desse modo, a inserção dessa oração adjetiva já indicia um posicionamento contrário desse articulista sobre o evento da CPI. Nesse contexto, observamos que a oração adjetiva vem reforçar a ideia contida nos demais trechos oracionais do mesmo parágrafo, que é preciso entender – de acordo com o articulista – que a CPI está sendo um espetáculo para se colocar em questão o governo Bolsonaro. Isso é reforçado, também, pela palavra utilizada: “circo”, e pela própria axiologia do entendimento de que o Brasil está vivendo – neste contexto da CPI – uma situação lamentável; portanto, a presença da oração adjetiva vai funcionar como um recurso linguístico que reforça um posicionamento contrário do articulista ao evento da CPI da COVID-19.

A oração “**quem for**” vem complementar a oração principal “[...] não se pode chamar um depoente de “bobo da corte, [...]” e se refere, primeiramente, ao que se diz sobre o depoente; para depois se referir a sua posição política.

Dentro do possível modo de ver do articulista, a escolha do verbo *tenha* inserido na oração “**que tenha**”, indica necessidade de neutralidade por parte dos senadores sobre o inquérito, se relacionando sobre as posições político-partidárias dos sujeitos autuados pela CPI.

A mesma ideia de neutralidade é retomada pela quarta oração em destaque, onde o articulista expõe a necessidade dos senadores exercerem isonomia, ao afirmar sobre a diferença de tratamento “**que os senadores dispensam a Luciano Hang em relação aos depoentes “alinhados” com a oposição ao presidente Bolsonaro**”. A escolha do verbo *dispensam* mostra um possível tom de personalidade, sendo marcada no discurso do articulista que, talvez, seja desfavorável à comissão de inquérito. A construção dos sintagmas escolhidos para comporem essa oração, sob um olhar discursivo, aparenta que, segundo o articulista, todos os senadores na posição de interrogadores estão em processo de conluio contra o presidente Bolsonaro – sendo esta uma escolha de constituição discursiva demarcada por tom de personalidade por parte do articulista Thiago Contreira.

A última oração adjetiva “**que a compõem**” se refere aos senadores da CPI e vem expor o posicionamento de Contreira sobre o comportamento dos membros integrantes da CPI. Esse posicionamento é marcado pelos verbos impositivos *devem* e *esquecer*, que finalizam o artigo de opinião com tons de patriotismo, sendo estes demarcados pelo trecho “[...] devem esquecer os holofotes e lembrar que são funcionários do Brasil”.

Vejamos que a escolha do verbo *devem*, presente no sintagma verbal da oração, é bem mais impositiva do que se na constituição oracional fosse substituído por *precisam*. Esse é um fator que novamente mostra tendências discursivas do articulista, propensas a favorecer as atitudes tomadas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. Tais tendências sinalizam seu ponto de vista e essa compreensão deriva-se do fato de, como enunciado concreto, compreendermos as intenções do dizer do articulista em questão.

Pensando na estrutura composicional do artigo, elemento inerente aos gêneros do discurso, conforme Bakhtin (2016), percebemos que o articulista

demarca maiores valorações no desenvolvimento do texto em questão. O fato também é reforçado pela disposição em que os períodos foram arranjados na introdução do texto (organizados com apontamentos situacionais que trazem as argumentações e, posteriormente, abordados na contra argumentação do autor).

No que toca à ocorrência das construções sintáticas adjetivas presentes no *Corpus 1*, convocamos a tabela a seguir:

Tabela 02 – Construção oracional reconhecida no *Corpus 1*

Orações adjetivas explicativas	Orações adjetivas restritivas
quem for	que comandam a CPI da Covid
que tenha	que os senadores dispensam a Luciano Hang em relação aos depoentes “alinhados” com a oposição ao presidente Bolsonaro
	que a compõem

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador

Baseando-nos na Tabela 02, observamos que a incidência de orações restritivas é evidente no campo da argumentação em prol de convencimento do leitor sobre o que está sendo lido, o que torna sua inclinação discursiva de teor mais explicativo, por assim dizer. Com isso, entendemos que as orações adjetivas restritivas também possuem natureza explicativa, visto que dão força às naturezas valorativas presentes no texto. Vejamos, a seguir, as incidências de orações adjetivas em relação às suas classificações restritivas/explicativas.

Para oração “**que comandam a CPI da Covid**”, o sentido conferido ao verbo *comandam* em relação à disposição das construções sintáticas encontradas no período oracional aparenta ir além do sentido literal da palavra, onde o verbo *comandar* poderia ser trocado por *mandar*, visto que o articulista no decorrer do texto demonstra imperatividade nas palavras escolhidas para compor seu discurso. Há, nessas condições do dizer, a prevalência por escolhas lexicais que se filiam ao discurso autoritário, imperativo

A oração **“que comandam a CPI da Covid”** não se enquadraria na definição tradicional classificada como explicativa, pois não aparece entre vírgulas; porém, ainda analisando a forma e classificação, se encaixa como oração restritiva, pois restringe o termo *senadores*. Consideramos que sintaticamente essa é uma conceituação válida, mas quando olhamos para o discurso, novos horizontes apontam para outro funcionamento oracional; funcionamento este que deve dirigir a função escolhida pelo articulista para produzir e exercer diversos sentidos no discurso.

Na oração **“os senadores que comandam a CPI”**, podemos atribuir função mais específica, transformando a mesma oração em *os senadores comandantes da CPI*; de modo que o mesmo sentido é auferido, todavia, mais restrito, visto que a função da linguagem utilizada no discurso de Contreira é de natureza imperativa. Desse modo, apontando para o discurso, podemos compreender para além do reconhecimento dos pronomes relativos, que uma oração adjetiva relativa é aquela que pode ser substituída por um grupo adjetival de função equivalente; e isto é marcado no discurso de Contreira.

Em **“quem for”**, encontramos o pronome relativo na oração fazendo as devidas relações na subordinação presente no sintagma oracional. Analisada isolada de sua função, a oração não se classifica como restritiva pela presença de vírgulas; porém, com um olhar semântico, já restringe os demais termos oracionais como *depoente* – o que aponta para um possível olhar de análise discursiva. De mesmo modo, funciona a oração **“que tenha”**, estabelecendo relação com o termo *posição política*. Nessas construções sintáticas adjetivas, seus funcionamentos discursivos já foram explicados na apresentação e reconhecimento dos dados, presente pouco acima nesta pesquisa.

No que se refere à oração **“que os senadores dispensam a Luciano Hang em relação aos depoentes “alinhados” com a oposição ao presidente Bolsonaro”**, a escolha do adjetivo “alinhados” aponta para uma possível amenização do termo *oposição*. Discursivamente, a intenção do discurso seria de maior direção e peso, caso o período da oração restritiva fosse transformado em relativa¹³, onde ficaria (...) *depoentes opostos ao presidente Bolsonaro*. Nisso,

¹³ Não nos detivemos em estruturar uma tabela com as orações adjetivas relativas, pelo motivo de ausência de ocorrências no texto.

enxergamos que o articulista Contreira fez uso de menor acusação na escolha de seu discurso, fazendo uma hipótese relacional entre os depoentes “alinhados” à oposição do presidente Bolsonaro. A relação de grau informativo presente em seu discurso chega a ser mais forte em *depoentes opostos ao presidente*, do que em *depoentes “alinhados” com a oposição ao presidente*, o que justifica a possível amenização na seleção não aleatória das palavras pelo articulista.

A oração “**que a compõem**”, sintaticamente, observamos que ela funciona uma restritiva por restringir o termo “os senadores”. Não encontramos forma semelhante à relativização dessa restritiva; no entanto, o sentido seria o mesmo se Contreira optasse por trocar *os senadores que a compõem*, por *senadores comissionados*, visto que o enunciado em questão é sobre uma comissão de inquérito, que aborda temas relativos à CPI da COVID-19.

Então, de acordo com estas demarcações, conseguimos perceber que a estrutura composicional na qual o artigo foi elaborado, há maior ocorrência de orações adjetivas durante o desenvolvimento do artigo, visto que os sintagmas adjetivais aparecem com superioridade na metade do texto em questão.

A respeito do uso não aleatório das orações adjetivas (ou seja, a escolha destas orações), percebemos que o discurso do articulista tende a se inclinar em desfavor dos demais investigadores e depoentes contra Bolsonaro. Esse fator é lido pelo peso semântico que as orações adjetivas – previamente escolhidas – carregam no decorrer do artigo de opinião em análise.

Podemos, ainda, destacar que, para o articulista, a CPI da COVID-19 é um enunciado conhecido, pois ele possui tematização delimitada; sujeitos definidos; discussões de naturezas política, histórica e social; local e tempo definidos; estrutura organizacional pré-elaborada; e movimentos de interação ocorridos na relação entre o sujeito investigador e o sujeito investigado, se tratando portanto de um conjunto de enunciados concretos.

Com base no que foi discutido e reconhecido acerca dos dados estruturais/discursivos apresentados sobre o *Corpus 1*, conseguimos perceber que as construções oracionais aplicadas no discurso vão além de suas definições tradicionais, sendo necessária uma análise minuciosa sobre a função exercida pelos sintagmas dentro da oração.

O uso consciente da gramática funcional pode ser atribuído ao articulista deste *corpus*, no momento em que suas ocorrências adjetivais são usadas de

maneira valorativa – visto que o articulista Contreira se encontra sob um contexto de interação social e representação de filiação ideológica, fazendo jus a uma análise completa por incluir referência ao falante sob aspectos da enunciação discursiva.

O *corpus* agora apresentado provém do Jornal Opção. No decorrer da leitura, perceberemos que a formulação discursiva presente no texto difere do artigo anterior, no que diz respeito às valorações proferidas pelo seu articulista. Trata-se do artigo de opinião produzido por Elder Dias.

Vejamos, a seguir, a segunda ocorrência de orações adjetivas presente no texto em análise que se configura como nosso *Corpus 2*.

Quadro 02 – *Corpus 2* - Artigo de opinião assinado por Elder Dias

CPI não põe “genocida” na testa de Bolsonaro, mas deveria acusá-lo, sim, de homicídio

Presidente cometeu série de atos que não podem passar impunes, justamente porque causaram o aumento do morticínio da pandemia brasileira

Elder Dias

De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Senado **que apurou a condução da pandemia no Brasil**, Jair Bolsonaro será enquadrado em nove crimes, a seguir (por ordem alfabética):

Charlatanismo;
 Crime contra a humanidade;
 Crime de responsabilidade.
 Emprego irregular de verba pública;
 Epidemia com resultado de morte;
 Falsificação de documentos particulares;
 Incitação ao crime;
 Infração a medidas sanitárias preventivas; e
 Prevaricação.

Depois de muita discussão entre seus membros, a CPI decidiu não indiciar o presidente por genocídio contra indígenas. Realmente, o termo “genocida” se

refere a um morticínio causado a uma comunidade populacional em especial. Nesse ponto de vista, torna-se discutível que tenha realmente havido um genocídio por aqui, já que, em termos de mau tratamento aos brasileiros durante a pandemia, Bolsonaro foi bem democrático.

Mas não é compreensível como os senadores deixaram de lado também a acusação por homicídio comissivo por omissão. Explicando: é aquilo que ocorre diante de uma morte (ou milhares, no caso) **a qual o acusado deveria ter agido** para tentar evitá-la. Ou seja: alguém é acusado de homicídio comissivo por omissão quando deixa de agir para impedir a ocorrência de determinado evento quando era exatamente esse seu dever.

O jornalista Reinaldo Azevedo, em seu blog no portal UOL, esmiúça ainda mais a questão:

Quanto à acusação de homicídio comissivo por omissão, **que foi retirada** — e isso implicaria pouco dano adicional a Bolsonaro se fosse condenado pelos demais crimes —, querem que eu diga o quê? Parece-me ter havido um apego excessivo à palavra, tanto que a questão ganhou o noticiário mundo afora.

Reitero o que já escrevi aqui. O Artigo 13 do Código Penal explicita o que a qualquer pessoa razoável soa óbvio. Imputa-se o crime **a quem lhe deu causa**. E a causa pode estar na ação e na omissão. Quando se é autoridade, especifica o Parágrafo 2º, a “omissão é penalmente relevante quando o omitente devia e podia agir para evitar o resultado”. E “o dever de agir incumbe a quem: tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância” e a quem “com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado”.

Parece-me que o artigo foi redigido para Jair Bolsonaro. Como costuma dizer o povo, eis aí “escarrado” o presidente do Brasil. O fato de que ele tenha concorrido, de muitos outros modos, para a morte de milhares de pessoas não lhe retira dos ombros também essa responsabilidade.

É por aí **que está a questão**: Bolsonaro, com seus pronunciamentos, sua protelação da compra da vacina, sua obsessão por propagandear medicamentos ineficazes, com o desprezo ao uso de máscaras e o apreço às aglomerações, contribuiu ou não para o agravamento do número de mortes por Covid-19 no Brasil?

Ou seja, de outra forma, se Bolsonaro se comportasse como outros governantes mundiais, qual teria sido o número de óbitos? Menor, igual ou maior?

Essa é a pergunta, **que**, não por coincidência, **já foi respondida por pesquisas científicas**. Seus coordenadores, a propósito, estiveram na CPI para

relatar o que apuraram. Pedro Hallal, do grupo Estudo Covid, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e Jurema Werneck, da Anistia Internacional e Movimento Alerta, apresentaram aos senadores números **que provavam** que, no primeiro ano de pandemia no Brasil – ou de março de 2020 a março de 2021 – cerca de 120 mil vidas, entre mais de 300 mil, teriam sido poupadas.

Ao deixar de tomar a frente do processo e, mais do que isso, agir contra as determinações sanitárias **que uma crise pandêmica impõe**, Bolsonaro, respectivamente, deixou na mão grande parte da população **que ele próprio governa** e, para outra parte, criou a ilusão de que tudo estaria bem se a vida fosse tocada normalmente, “no máximo toma uma cloroquina aí”.

São atos **que não podem passar impunes** e **que**, de uma forma ou de outra, **parecem contemplados com a lista imensa de crimes**. Mas não custava nada dar o nome direto ao que de fato e notadamente corresponde ao que foi feito e repetido pelo próprio presidente com o desprezo à vida (“e daí? não sou cozeiro!”) e a conformação com a morte (“todos vamos morrer um dia”).

Fonte: <<https://www.jornalopcao.com.br/ultimas-noticias/cpi-nao-poe-genocida-na-testa-de-bolsonaro-mas-deveria-acusa-lo-sim-de-homicidio-358743/>> Acesso em 26/10/2022.

Elder dias é editor-chefe no portal Estádio das Coisas e editor executivo no canal de notícias Jornal Opção. Ele é formado pela Universidade Federal de Goiás, e atualmente reside em Goiânia.

O artigo em questão aparenta trazer uma visão afastada de posições político-partidárias e se atém ao contexto em si: acerca da “irresponsabilidade” do poder executivo em comprar vacinas contra a COVID-19 e incentivar tratamentos ineficazes contra a doença. O articulista demonstra ter uma visão favorável às investigações e traz dados que comprovam os motivos da crise pandêmica no Brasil.

Prestemos atenção nas ocorrências das orações adjetivas no texto analisado. O critério de colhimento dos dados foi o reconhecimento da estrutura e o direciona ao funcionamento organizacional do discurso. Eis os dados encontrados na Tabela 03:

Tabela 03 – Apresentação dos dados reconhecidos no *Corpus 2*

Orações subordinadas adjetivas

Construção sintática adjetiva 1: que apurou a condução da pandemia no Brasil

Construção sintática adjetiva 2: a qual o acusado deveria ter agido

Construção sintática adjetiva 3: que foi retirada

Construção sintática adjetiva 4: a quem lhe deu causa

Construção sintática adjetiva 5: que está a questão

Construção sintática adjetiva 6: que já foi respondida por pesquisas científicas

Construção sintática adjetiva 7: que provavam

Construção sintática adjetiva 8: que uma crise pandêmica impõe

Construção sintática adjetiva 9: que ele próprio governa

Construção sintática adjetiva 10: que não podem passar impunes

Construção sintática adjetiva 11: que parecem contemplados com a lista imensa de crimes

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador

Partindo do dado apresentado, compreendemos que a oração adjetiva “**que apurou a condução da pandemia no Brasil**” vem reforçar a ideia de que o Senado – como comissão investigadora da CPI da COVID-19 – possui teor investigativo para analisar e julgar os comportamentos tomados pelo poder executivo, durante a pandemia. Essa ideia é justificada pela escolha do verbo “apurou”, que delimita as atividades exercidas pelo conjunto parlamentar.

Tal ideia também é reforçada pela referência das mortes pelo vírus, explicitada na oração “**a qual o acusado deveria ter agido**”, em que a escolha da seguinte locução verbal “*ter agido*” mostra um possível ponto de vista do articulista em relação ao comportamento de indiligência do presidente Jair Messias Bolsonaro com a população. Vejamos que, na maioria das valorações, a defesa do argumento diz sobre a necessidade de haver um julgamento conciso em contraposição à omissão de crimes cometidos pelo poder executivo – o que é autenticado pela oração “**que foi retirada**”, referente aos crimes de homicídio comissivo por omissão.

Com o fito de justificar seu argumento, o articulista traz fontes exteriores de maneira a complementar sua valoração; fontes estas, como citações do jornalista

Reinaldo Azevedo e alusões ao Código Penal, introduzidas pela oração referente ao crime de genocídio, identificadas em **“a quem lhe deu causa”**.

Em vista de complementar seu argumento em desfavor às atitudes tomadas pelo poder executivo, o assinante do artigo deixa uma pergunta no ar, a fim de fazer o leitor refletir sobre a responsabilidade do presidente Bolsonaro sobre o aumento de mortes por COVID-19. Esta pergunta é referida pela oração **“que está a questão”**; oração que possui o poder de persuadir o leitor e fazê-lo refletir sobre o assunto em discussão.

A pergunta do articulista é respondida pela oração **“que, não por coincidência, já foi respondida por pesquisas científicas”**, vindo, estilisticamente, acompanhada do aposto *não por coincidência*, com função de tentar convencer o leitor sobre o argumento; além de trazer informações complementares (como dados científicos) introduzidas pela oração **“que provavam”**.

Com o objetivo de concluir sua perspectiva sobre os crimes cometidos pelo presidente Jair Messias Bolsonaro, Elder Dias traz à tona as consequências e responsabilidades de uma pandemia associada ao desgoverno, partindo da oração **“que uma crise pandêmica impõe”**, sendo justificada pela escolha das orações posteriores, como em **“que ele próprio governa”** – fazendo relação a população durante a gestão de seu governo.

As construções sintáticas adjetivas 10 e 11, **“que não podem passar impunes”** e **“que parecem contemplados com a lista imensa de crimes”** (ver Tabela 03), se referem aos atos realizados pelo presidente e também a um possível posicionamento favorável – segundo o modo de ver do articulista – sobre as investigações. Estas orações aparecem em equipolência, pois tratam-se de duas orações servindo a uma oração principal, conferindo-lhe maior sentido.

Analisando a natureza composicional do artigo em questão e também o nível de complexidade semântica das últimas ocorrências, percebemos um maior número de orações adjetivas na conclusão do texto, fato este que dá maior força à argumentatividade do articulista em relação ao convencimento sobre o leitor.

Analisando o uso não aleatório das orações adjetivas, percebemos que a entonação discursiva presente no artigo aparenta ser de natureza mais descritiva e explanatória – o que confere ao artigo maior tom de cientificidade na formulação discursiva, visto que a escolha das orações na construção do discurso exerce papel argumentativo com menor tom de pessoalidade, quando comparado ao *Corpus 1*.

Na conclusão do artigo, conseguimos ler uma valoração mais assertiva acerca de um posicionamento favorável à CPI; isto é reconhecido porque, antes da finalização do artigo, o articulista usa as orações adjetivas para fortalecer seus últimos argumentos, como “*crimes que não podem passar impunes*” e “*atos que parecem contemplados com a lista imensa de crimes*”, sendo reforçados pelas orações anteriores, como em “*CPI que apurou a condução da pandemia no Brasil*” e “*pergunta que já foi respondida por pesquisas científicas*”. Vejamos que estas orações localizadas na introdução e desenvolvimento do artigo dão força às últimas orações, conforme explicamos anteriormente.

O discurso de Elder Dias reconhece o evento da CPI da COVID-19 como enunciado concreto, pois se baseia nos pronunciamentos de Bolsonaro (como sujeito investigado); no cenário brasileiro da pandemia da COVID; na participação dos agentes da própria CPI; e faz relação com os demais enunciados exteriores (como pesquisas científicas e reconhecimento de responsabilidade criminal pelo Código Penal).

Em nossa análise linguística, na oração “**que apurou a condução da pandemia no Brasil**”, encontramos entonações semânticas semelhantes entre as classificações restritiva x explicativa, visto que o sentido seria o mesmo, caso a oração aparecesse entre vírgulas.

O caso em questão é de analisar a função sendo direcionada ao uso discursivo, visto que o antecedente da oração diz respeito ao relatório final, o que também se encaixaria a seguinte colocação: *De acordo com o relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito [...], **apurada** a condução da pandemia no Brasil [...]*, estando o termo *apurada* substituindo a necessidade do pronome relativo *que*. Nesse caso, também foi necessário o aparecimento de vírgulas para agregar sentido completo à oração.

Vejamos: a necessidade é de analisar a função exercida na linguagem e discuti-la a partir da forma em que foi encontrada. Determinados segmentos oracionais presentes no artigo apontam para as inclinações discursivas selecionadas pelo autor. Desse modo, encontramos orações que podem ser substituídas por grupos adjetivais com função equivalente.

A oração “**a qual o acusado deveria ter agido**” se referencia ao termo *uma morte*. Nesse caso, não encontramos possível formulação de oração adjetiva

relativa, visto que as possibilidades encontradas são todas provenientes dos pronomes *onde*, *naquela* e *cujo*.

A oração “**que foi retirada**”, localizada em *Quanto à acusação de homicídio comissivo por omissão, **que foi retirada** — e isso implicaria [...] também funcionaria com a ausência do relativo, estando o período oracional: Quanto à acusação de homicídio comissivo por omissão **retirada** – e isso implicaria [...]*, possuindo mesmo sentido e em sua forma completa. A relativização *que*, nesse caso, aponta para um destaque valorativo que acentua o argumento de Elder Dias em relação à CPI da pandemia, funcionando, portanto, como enunciado concreto.

Em *imputa-se o “crime a quem lhe deu causa”*, com atenção especial ao relativo *quem*, podemos transformar o período na troca do relativo por um demonstrativo, como em *imputa-se o crime a **aquele** que deu causa*. Com isso, surge nossa discussão: a presença do relativo ‘quem’ pode demonstrar maior tom de personalidade? Nossa resposta é sim; e o argumento, apesar de ter sido parte de uma citação do Código Penal, funciona com tons de especificidade sobre quem supostamente cometeu o crime.

A oração “**que já foi respondida por pesquisas científicas**” vem acompanhada do aposto *não por coincidência*, o que auxilia na organização do estilo do discurso presente no texto. Na oração “**que provavam**” encontramos continuidade no valor discursivo presente na oração anterior.

Em “*agir contra as determinações sanitárias **que uma crise pandêmica impõe***”, semanticamente o mesmo sentido permaneceria se trocássemos a oração destacada por *impostas pela crise pandêmica*. A forma verbal *impõe* aparenta ser mais severa que a forma adjetival *impostas*.

Em “*parte da população **que ele próprio governa***” seria simples a mudança frasal para *parte da população **governada por ele***; pois o mesmo sentido permaneceria, e novamente encontraríamos a troca de verbos por adjetivos de sentido equivalentes. O uso do adjetivo *próprio* dá ênfase ao pronome pessoal *ele*, então parte da escolha do articulista em usar uma forma verbal determinada, ou apenas um grupo adjetival com função equivalente.

Em *são atos **que não podem passar impunes***, encontramos natureza semântica equivalente, como *são atos merecidos de atenção*. E por último neste *corpus*, encontramos a oração “**que, de uma forma ou de outra, parecem contemplados com a lista imensa de crimes**”. O aparecimento dessa oração é

semelhante ao que foi ocorrido na oração 6, sendo acompanhada por aposto. A oração também possui natureza adjetival ao afirmá-la da seguinte forma: **que, de todo jeito, parecem contemplar a lista imensa de crimes.**

Com as ocorrências demarcadas acima, conseguimos perceber o fato de que as orações adjetivas fazem maior presença no movimento de conclusão do texto, justamente porque, de maneira diferente das orações encontradas no desenvolvimento e introdução, vemos um nível de complexidade discursiva maior do que nas ocorrências anteriores, visto que se tratam de orações acompanhadas de aposto e implicitude de pronomes relativos.

Conseguimos associar o uso da gramática funcional por parte do articulista dentro do texto, quando identificamos seu uso valorativo da gramática sobre as orações adjetivas destacadas. Isto quer dizer que o articulista está na posição de falante inserido em uma situação de interação comunicativa – o que reflete diretamente em sua posição social.

Acerca do exposto sobre a composição do gênero envolvendo o movimento das orações adjetivas junto às ocorrências expostas, prosseguimos com a Tabela 04 contendo as construções oracionais adjetivas reconhecidas no *Corpus 2*.

Tabela 04 – Construção oracional reconhecida no *Corpus 2*

Orações adjetivas explicativas	Orações adjetivas restritivas
que foi retirada	que apurou a condução da pandemia no Brasil
que já foi respondida por pesquisas científicas	a qual o acusado deveria ter agido
que parecem contemplados com a lista imensa de crimes	a quem lhe deu causa
	que está a questão
	que provavam
	que uma crise pandêmica impõe
	que ele próprio governa

	que não podem passar impunes
--	------------------------------

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador

Acentuamos que, apesar das valorações dos articulistas analisados terem sido distintas, o *Corpus 1* se assemelha ao *Corpus 2* em relações de estrutura e função discursiva – o que dá ênfase a ideia de que, por mais que os pontos de vista dos sujeitos apresentem suas divergências, isto não quer dizer que a estrutura organizacional – somada às funções do discurso – sejam diferentes. Com essas considerações, prossigamos para o último *corpus*.

O *Corpus 3* provém do canal de notícias Brasil de Fato/RS. Trata-se de artigo de opinião assinado por Dionilso Marcon. O articulista em questão atua como deputado federal no Rio Grande do Sul pelo Partido dos Trabalhadores, desde 2011. O canal de notícias Brasil de Fato/RS também é proveniente do Rio Grande do Sul e se trata de um jornal lançado no ano de 2018.

Vejamos, a seguir, no Quadro 03, o terceiro artigos de opinião selecionado como dado desta investigação.

Quadro 03 – *Corpus 3* - Artigo de Opinião assinado por Dionilso Marcon

CPI da covid sim! Precisamos salvar o Brasil do genocídio

"Bolsonaro precisa ser investigado, julgado e responsabilizado. Sua política genocida conduziu o país ao caos social."

Dionilso Marcon

Todo dia morrem milhares de brasileiros e brasileiras. Na semana passada, chegamos à triste marca de 4 mil mortes por covid-19 por dia. É como se todo o dia um município pequeno do nosso Interior desaparecesse: são 185 municípios gaúchos com menos de 4 mil habitantes. Até quando vamos ficar amarrados diante desta situação, respeitando um calendário legal, enquanto a vida morre em todo o nosso país?

Crimes de Responsabilidade não faltam para dar Impeachment em Bolsonaro e seu governo genocida. O mais recente é o conteúdo da conversa com

o senador Kajuru (Cidadania - GO), **que deixou nítida a intenção** de interferir no Supremo Tribunal Federal, após a decisão do ministro Barroso de instalar a CPI da covid no Senado.

A conversa de Bolsonaro com Kajuru é grave e apresenta a reação do presidente **que teme ser responsabilizado pelos seus atos**. Além de grave, é criminosa! Bolsonaro precisa ser investigado, julgado e responsabilizado. Sua política genocida conduziu o país ao caos social, sanitário e econômico.

Nossa luta em Brasília continua sendo pela vida do povo, por vacina para todos os brasileiros, auxílio emergencial de R\$ 600 até o fim da pandemia, para colocar comida na mesa e fomentar o comércio, pelos subsídios às micro e pequenas empresas e por uma investigação séria, **que chegue na raiz do problema** e **considere** o que viemos denunciando desde o início dessa pandemia.

Bolsonaro não adotou medidas sanitárias, quebrou micro e pequenas empresas, beneficiou grandes empresários, trouxe a fome de volta para a mesa dos brasileiros e é responsável pelas mais de 350 mil mortes.

O Impeachment de Bolsonaro é urgente! A mobilização popular é necessária e os parlamentares precisam honrar o compromisso com o povo brasileiro. Fora Bolsonaro e seu governo genocida!

Fonte: <<https://www.brasildefatores.com.br/2021/04/14/artigo-cpi-da-covid-sim-precisamos-salvar-o-brasil-do-genocidio>> Acesso em 26/10/2022.

No decorrer do texto, foram encontradas poucas ocorrências de orações subordinadas adjetivas. Segue a Tabela 05 com as devidas identificações.

Tabela 05 – Apresentação dos dados reconhecidos no *Corpus 3*

Orações subordinadas adjetivas

Construção sintática adjetiva 1: que deixou nítida a intenção

Construção sintática adjetiva 2: que teme ser responsabilizado pelos seus atos

Construção sintática adjetiva 3: que chegue na raiz do problema

Construção sintática adjetiva 4: (que) considere

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador

No desenvolvimento do artigo assinado por Dionilso Marcon, encontramos a presença da oração adjetiva “**que deixou nítida a intenção**” se referindo à conversa realizada entre o senador Jorge Kajuru e o presidente Bolsonaro.

A possível causa da escolha desta oração se dá ao seu poder argumentativo sendo exercido em relação à intenção de intervenção sobre as decisões do Supremo Tribunal Federal, através das atitudes arbitrárias tomadas pelo então presidente.

O mesmo fato é justificado através da segunda oração em relação à conversa em questão. A oração “**que teme ser responsabilizado pelos seus atos**” mostra – segundo um possível ponto de vista do articulista – uma posição favorável às investigações contra o presidente Bolsonaro, visto que a formulação semântica da oração se originou a partir do verbo “teme”, que apresenta certo receio do presidente acerca das investigações realizadas.

O articulista conclui em sua última oração acerca do inquérito “**que chegue na raiz do problema**” e “*(que)* **considere**”, que as investigações da CPI devem ser resolutivas e assertivas, no intuito de que comprovem as acusações feitas contra as atitudes do chefe do executivo desde o início da pandemia. O segundo pronome relativo *que* vem acompanhado ocultamente, em elipse, atribuindo sentido mais amplo à oração principal.

Percebemos que há maior incidência de orações adjetivas no movimento de desenvolvimento do artigo, o que justifica no texto a presença de certos tons de caracterização e delimitação escolhidos pelo articulista para a construção de seu discurso sobre a CPI.

Sobre o uso não aleatório das orações adjetivas, encontramos estratégias discursivas semelhantes (porém com pontos de vista distintos) às encontradas no *Corpus 1*, visto que as orações adjetivas escolhidas para compor o artigo possuem um tom de maior pessoalidade acerca das investigações contra o presidente Bolsonaro. Diferentemente do *Corpus 1*, a inclinação discursiva tomada pelo articulista não traz, apenas, pontos de vista para validarem sua argumentação, mas também situações factíveis que envolvem dois sujeitos no âmbito do enunciado (o presidente Bolsonaro e o senador Kajuru).

Para o articulista Dionilso Marcon, o próprio número de mortes ocorridas durante a CPI no governo Bolsonaro, assim como a conversa entre o presidente e o senador Jorge Kajuru sobre a instalação da CPI no senado, são fatores que

definiram o enunciado concreto da situação pandêmica do Brasil, sendo exposta discursivamente dentro da visão do articulista.

Com isso, o enunciado geral da crise pandêmica voltou seus olhos para a comissão de inquérito que, por sua vez, ampliou seu olhar para a conversa ocorrida entre Bolsonaro e Kajuru. Desse modo, percebemos que dentro de um enunciado concreto podem haver vários outros, conforme as disposições e inclinações discursivas de cada sujeito participante dos atos e situações de enunciação. Logo, um enunciado concreto chama outro enunciado também concreto, validando: 1) a compreensão de que os gêneros do discurso são constituídos por um conjunto de enunciados relativamente estáveis (BAKHTIN, 2016); e 2) o entendimento de que a língua e, conseqüentemente, sua gramática se acomodam as funcionalidades contextuais de usos (NEVES, 1997).

De acordo com nossa análise, no trecho “*o conteúdo da conversa [...] que deixou nítida a intenção*”, obteríamos mesma compreensão, caso substituíssemos a oração adjetiva por um grupo adjetival correspondente, ficando o período formulado da seguinte forma: *o conteúdo proposicional esclarecedor da conversa [...]*. A possível escolha do *que* relativo aplicado ao discurso dá maior força ao conteúdo valorativo, justamente por se referenciar ao termo antecedente, no caso, *o conteúdo da conversa*.

Devido à forma verbal encontrada em “**que teme ser responsabilizado pelos seus atos**”, o mesmo teor adjetivo seria atribuído caso a oração aparecesse na forma: *o presidente [...] temendo ser responsabilizado pelos seus atos*. A possível escolha do *que* usada pelo articulista denota a natureza restritiva das orações adjetivas, tendo a função de demarcar o termo *presidente*.

Quando colocamos em pauta a reformulação da construção sintática adjetiva do *Corpus 3*, vemos que uma possível valoração seria mais severa, sendo justificada pela escolha do verbo *deve* no lugar de *chegue*, como na oração “**que chegue na raiz do problema**”, se transformado em *devendo atingir a raiz do problema*. Aqui, vemos que uma possível troca de verbos daria maior foco à intencionalidade discursiva do articulista – o que ele, provavelmente, optou por não fazer.

Também encontramos acompanhada de elipse a oração “*(que) considere*”, já mencionada pouco acima, tendo mesmo valor adjetival se substituída por *levando em conta*, como disposto no seguinte grifo: *uma investigação séria (...) levando em conta o que viemos denunciando desde o início dessa pandemia*. Os termos *que considere*

e *levando em conta* possuem mesma entonação semântica, divergindo-se, apenas, no poder de restrição contido na oração em “(que) **considere**”, sendo exercida pelo relativo *que*.

Segue, então, a tabela com as construções sintáticas adjetivas reconhecidas no *Corpus 3*.

Tabela 06 – Construção oracional reconhecida no *Corpus 3*

Orações adjetivas explicativas	Orações adjetivas restritivas
Que deixou nítida a intenção	Que teme ser responsabilizado pelos seus atos
Que chegue na raiz do problema	
(que) considere	

Fonte: Tabela elaborada pelo pesquisador

Conseguimos reconhecer que as orações encontradas no texto podem, pragmaticamente, funcionar – aos olhos do discurso – com outras formas adjetivais equivalentes, se valendo também de interpretações mais ou menos articuláveis, a depender do crítico ponto de vista provido pelos articulistas.

A linguística funcional abordada neste trabalho considera que determinados usos linguísticos são motivados por fatores extralinguísticos. Deste modo, concordamos e compreendemos que estes fatores são de naturezas subjetiva, cultural e social, uma vez que temos nosso olhar voltado para o sujeito em sociedade – sendo estas características naturais do ato enunciativo.

Em linhas gerais, a análise empreendida nesta investigação ergueu-se pela tentativa de compreender a presença das construções sintáticas adjetivas como enunciados concretos que estão nos projetos de dizer dos articulistas implicados nos *corpus* da pesquisa.

A nosso ver, esse movimento permitiu-nos efetuar um processo analítico de descrição linguística à luz de um olhar mais flexível e contextual, como apregoado pelos estudos da Gramática Funcional, e de um modo de observar/ler fenômenos linguísticos a partir de uma perspectiva dialógica e discursiva, como assim se situam as abordagens teórico-metodológicas da Teoria Dialógica da Linguagem.

A seguir, apresentamos as Considerações finais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após observarmos a riqueza de nossa língua sob seus aspectos sintático-discursivos, obtivemos êxito ao responder a pergunta de nossa pesquisa, a saber: Como construções sintáticas adjetivas constituem enunciados concretos no gênero artigo de opinião?

Durante nossa pesquisa, conseguimos responder que as construções sintáticas adjetivas só se realizam como fenômenos do discurso, através da escolha discursiva dentro dos enunciados concretos, que são o próprio palco para os gêneros do discurso; e acerca das entoações valorativas e expressivas, faz-se necessário observar a posição social na qual os sujeitos da enunciação se encontram, para que estes se demonstrem favoráveis ou desfavoráveis perante as situações que demandam posicionamentos (enunciados) e que, por sua vez, demandam da atividade interativa daqueles que usam a linguagem.

Percebemos, portanto, que há uma relação direta entre o sujeito e a filiação ideológica a qual ele pertence – concordância esta que justifica a escolha de um conjunto de *corpus* de natureza estritamente política.

Vale também, retornar aos objetivos assumidos nesta pesquisa. Em linhas gerais, acreditamos ter alcançado tais objetivos, uma vez que logramos êxito em compreender a construção dialógica de sentidos dentro da função dos discursos analisados, sob a ocorrência das orações adjetivas – visto que o discurso possui tendências valorativas ao assumir posicionamentos de naturezas verboideológicas durante a interação entre os sujeitos participantes da enunciação.

A pesquisa possuiu relevância na área da linguística porque abordou determinados fenômenos sintáticos – orações adjetivas – analisados em perspectiva dialógica e discursiva – o que nos faz entender a produtiva relação entre a concepção de gramática dos estudos funcionalistas, como os de Neves (1997), por exemplo, e a concepção de enunciado concreto oriunda dos estudos do Círculo de Bakhtin. Este trabalho proporcionou maior brilho à linguagem no momento em que ela é colocada em funcionamento sobre situações que demandam seu uso, oferecendo aos estudiosos um leque de possibilidades que a linguagem é capaz de assumir, a depender de seu contexto (como sendo os enunciados) e, sobretudo,

acerca de seu objeto de estudo (os sujeitos que põem a língua/linguagem para funcionar).

Por fim, o que aprendemos como cientistas da linguagem nos estudos abordados nesta pesquisa diz respeito às capacidades produtivas naturais à língua, sendo estes fatores o que geram curiosidades por parte dos estudantes da linguagem e também determinada necessidade social e humana em (re)analisar a linguística sob os vieses discursivos e estruturais que, normalmente, se transformam a partir da dependência usual da linguagem.

Reconhecemos que outras discussões analíticas poderão ser realizadas sobre nosso estudo. De fato, as abordagens sempre deixam algo por dizer, o que legitima a própria visão de linguagem como inacabada para Bakhtin. Todavia, defendemos que, dentro do possível em um trabalho de conclusão de curso de graduação, lemos que realizamos uma pesquisa que surta o efeito de servir como estímulo a outras investigações.

E que venham mais pesquisas que interconectem Gramática Funcional e Teoria Dialógica da Linguagem!

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. **Iniciação à sintaxe do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

BAKHTIN, Mikhail. **Os gêneros do discurso**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: 34, 2016.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão G. Pereira. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BEZERRA, Maria Auxiliadora; REINALDO, Maria Augusta. **Análise linguística: afinal, a que se refere?** São Paulo: Cortez, 2013.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Novíssima gramática da língua portuguesa**. São Paulo: Editora Nacional, 2000.

CEREJA, William Roberto; COCHAR, Maria Thereza. **Gramática: texto, reflexão e uso**. São Paulo: Atual, 2016.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexikon, 2017.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro da. Linguagem, diálogo, ponto de vista, interpretação: uma leitura de artigos de opinião. In.: BRAIT, Beth; PISTORI, Maria Helena Cruz; FRANCELENO, Pedro Farias. (Orgs.). **Linguagem e conhecimento (Bakhtin, Volóchinov, Medviédev)**. Campinas: Pontes, 2019, p. 153-181.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2011.

GERALDI, João Wanderley. Concepções de linguagem e ensino de português. In. GERALDI, João Wanderley. (Org.). **O texto na sala de aula**. 5. ed. São Paulo: Ática, 2011, p. 39-46.

HOUAISS. **Dicionário Eletrônico**. São Paulo: Moderna, 2001.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online**. Porto Alegre: Penso, 2014.

LEITE, Lucila Carvalho; BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre. Linguagem e educação: diálogos entre Mikhail Bakhtin e Paulo Freire. In.: LEITE, Lucila Carvalho; BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre. **Cartografia da produção textual: livros**

didáticos, gênero do discurso, políticas e indicadores. Natal: EDUFRRN, 2014, p. 49-70.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora. (Orgs.). **Gêneros textuais & ensino**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005, p. 19-36.

MARTINET, André. **Estudios de sintaxis funcional**. Madrid: Gredos, 1994.

NEVES, Maria Helena de Moura. **Gramática funcional: interação, discurso e texto**. São Paulo: Contexto, 2018a.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: UNESP, 2018b.

NEVES, Maria Helena de Moura. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SÉRIOT, Patrick. **Volosinov e a filosofia da linguagem**. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2015.

SILVA, Juliana Marcelino; ARAÚJO, Kallyne Victória Matias. O enunciado “Idiotas úteis” e suas repercussões em redes sociais: diálogos entre ecos. In.: XAVIER, Manassés Morais. (Org.). **Linguística Contemporânea: estudos sobre discursos, cultura digital e ensino**. São Paulo: Mentis Abertas, 2020, p. 105-119.

SOBRAL, Adail. **Do dialogismo ao gênero: as bases do pensamento do círculo de Bakhtin**. São Paulo: Mercado de Letras, 2009.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. Estilística do discurso literário III: a palavra e sua função social (1930). In.: VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **A palavra na vida e a palavra na poesia: ensaios, artigos, resenhas e poemas**. Organização, tradução, ensaio introdutório e notas de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2019, p. 306-336.

VOLÓCHINOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e filosofia da linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Tradução, notas e glossário de Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. São Paulo: 34, 2017.

XAVIER, Manassés Morais. Linguística: entre bases e perspectivas. In.: XAVIER, Manassés Morais. **As redes sociais digitais como acontecimentos enunciativos de interações discursivas**. 2023 (no prelo).